



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 02/2020

DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2020

INICIADA ÀS 09 HORAS E 50 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 17 HORAS e 30 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ANTES DA ORDEM DO DIA	05
EXPEDIENTE	10
INTERVENÇÕES	12
ORDEM DO DIA	49
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	84
ENCERRAMENTO	85

ATA N.º 02 / 2020**ABERTURA**

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde Covilhã na Covilhã, realizou-se a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã que deveria ter sido realizada no mês de abril, adiada pelo Edital n.º 03/2020 datado de 03 de abril de 2020, ao abrigo e nos termos previstos no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, que consagrou medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-COV-2, agente causador da doença COVID-19, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 - Expediente
- 1.2 - Intervenções

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município - Apreciação dos atos praticados no âmbito das medidas e capacidade de resposta da Autarquia face à Pandemia da doença COVID-19;
- 2.2 - Regulamento Municipal de atribuição de apoios à Reconstrução de Habitações, afetadas por incêndios de grandes dimensões no Município da Covilhã;
- 2.3 - Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação da Covilhã;
- 2.4 - Prestação de Contas do Exercício do ano 2019.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. ----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição do Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Doutor Hugo Ferrinho Lopes em substituição do Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Mónica Sofia Ramos Miguel em substituição de Prof. Bernardino Gata da Silva, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. José Paulo Pina Simão, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino em substituição da Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues, Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha em substituição do Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição de João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboia), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição de Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----**

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho)**. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão**. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof.^a Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Nuno Flávio Costa Reis em substituição do Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.^o José Miguel Ribeiro Oliveira, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.^o Jorge Manuel Galhardo Vieira, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa e, do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Estiveram ainda presentes do Gabinete de Proteção Civil o Senhor Coordenador Operacional Municipal de Proteção Civil – Prof. Joaquim António Matias e o Técnico Superior Eng.^o André Ricardo Azevedo Morais. -----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, ninguém se manifestando, foi a mesma **aprovada por unanimidade.** -----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--- Antes de passar aos pontos do período do “Antes da Ordem do Dia”, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra aos seguintes Membros Municipais para apresentação de Votos de Pesar: -----

- A Senhora **Mónica Sofia Ramos Miguel (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou as seguintes propostas de Votos de Pesar que a seguir se transcrevem: **(Docs. 01 e 02)** -----

“VOTO DE PESAR -----

Faleceu no passado dia 31 de maio de 2020, o Sr. Manuel Augusto Gomes Diniz. -----

Tinha 93 anos de idade. -----

Natural da Aldeia das Dez – Oliveira do Hospital, tinha onze anos de idade quando chegou à Covilhã, para se juntar a seu pai, após ter realizado o percurso a pé com passagem por Alvoaça – Unhais da Serra. -----

Aos 13 anos, iniciou a sua vida profissional como empregado comercial, na loja do Sr. Carlos David, situada por trás da Câmara, no edifício da Mutualista. -----

Frequentou o Curso Geral de Comércio, na Escola Industrial Campos Melo. -----

Em 9-4-1954, fundou a Casa Diniz, um estabelecimento de Pronto-a-Vestir, na Rua Comendador Campos Melo. -----

Em 1976 procedeu à ampliação da sua atividade com um novo estabelecimento de Mobiliário e Decorações, na mesma rua, até ao seu encerramento em 2009. -----

A casa Diniz foi, sem qualquer dúvida, um dos estabelecimentos comerciais mais emblemáticos da cidade da Covilhã, o qual, face à sua importância para o concelho e não só, faz parte da história da cidade. -----

Efetivamente o Sr. Manuel Augusto Gomes Diniz, com a sua visão comercial, veio a revolucionar o comércio local. -----

Exerceu funções autárquicas a nível de freguesia. -----

Foi dirigente associativo nos corpos sociais do Lar de S. José e do Sporting Clube da Covilhã, clube que sempre viveu com intensidade. -----

Foi dirigente da associação Comercial e Industrial da Covilhã, sendo sempre um membro ativo e interventivo na problemática do comércio local. -----

Nunca esquecendo a terra onde nasceu, foi sempre um acérrimo defensor da Covilhã e das suas gentes. -----

Homem simples, educado, trabalhador, deixa sem quaisquer dúvidas saudade. -----

Assim propõe-se a esta assembleia que seja aprovado voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Augusto Gomes Diniz. -----

Na eventualidade de tal voto ser aprovado, solicita-se que seja dado conhecimento a sua viúva e filhos. -----

Covilhã, 30/06/2020 -----

O Grupo Parlamentar de Novo Covilhã” -----

“VOTO DE PESAR -----

Faleceu no passado dia 16 de junho de 2020, o Sr. Ilídio Amílcar da Costa, com 92 anos de idade.

Exerceu a sua atividade comercial na cidade da Covilhã, desde 1953 até 2012. -----

Proprietário de um estabelecimento comercial de “pronto a vestir” denominado “CASA ILÍDIO”, exerceu com dedicação, honestidade, trabalho, simpatia, educação e profissionalismo a sua atividade. -----

O referido estabelecimento possuía uma clientela significativa, era conhecido no concelho da Covilhã e no país, sendo assim uma referência na área comercial da cidade da Covilhã, razão pela qual faz parte da história recente da nossa cidade. -----

Não temos quaisquer dúvidas que a cidade ficou mais pobre com a sua partida para outro destino. -----

Assim, propõe a esta Assembleia Municipal que seja aprovado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ilídio Amílcar da Costa, comerciante que foi na nossa cidade. -----

Caso seja aprovado, solicita-se a sua remessa para os seus herdeiros. -----

Covilhã, 2020/06/30 -----

O Grupo Parlamentar de Novo Covilhã” -----

- De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia** informou que tinham sido entregues, pelo Partido Socialista e subscritas pelo PCP, propostas semelhantes que a seguir se transcrevem: **(Docs. 03 e 04)** -----

“MANUEL AUGUSTO GOMES DINIZ -----

Nasceu a 30-04-1927 em Aldeia das Dez (Oliveira do Hospital) e faleceu a 31-05-2020, na Covilhã. -----

Com 11 anos de idade, chegou à Covilhã para se juntar ao pai que, anteriormente já tinha vindo trabalhar para esta cidade, cujo trajeto fora feito a pé, pela passagem da Alvoaça (Unhais da Serra), como era hábito, nesses tempos longínquos. -----

Aos 13 anos, iniciou a sua vida profissional como empregado comercial, na loja do Sr. Carlos David, sita por trás da Câmara, no edifício da agora Mutualista. -----

Frequentou o Curso Geral de Comércio, na sempre distinta Escola Industrial Campos Melo. ----

Aos 27 anos, em 9-4-1954, fundou a Casa Diniz, um estabelecimento de Pronto-a-Vestir, na Rua Comendador Campos Melo. -----

Em 1976 procedeu à ampliação da sua atividade com um novo estabelecimento de Mobiliário e Decorações, na mesma rua, até ao seu encerramento em 2009. -----

Exerceu funções autárquicas a nível de freguesia. -----

Foi dirigente associativo nos corpos sociais do Lar de S. José e do Sporting Clube da Covilhã, clube que sempre viveu de modo intenso. -----

Foi dirigente da Associação Comercial e Industrial da Covilhã, sendo sempre um membro ativo e interventivo na problemática do comércio local. -----

Embora nunca esquecendo a terra onde nasceu, foi sempre um acérrimo defensor da Covilhã e das gentes. -----

Prestamos, desta forma, uma merecida e distinta homenagem a alguém que se destacou de forma interventiva na vida da cidade nos vários setores da sociedade, no mundo empresarial e, mais concretamente, no mundo da moda e da decoração fazendo parte indiscutível da cultura urbana que compõe a malha e a história da Covilhã. -----

Dele podemos afirmar que contribuiu para o poema que Amália cantou em Covilhã Cidade Neve: De manhã quando te levantas e briosa vais pró tear... -----

O Senhor Diniz mostrou ser um criador, um inovador, alguém que sabia mover-se em ambientes estéticos, que se apercebia das lógicas em constante renovação, cuja paixão pelo empreendedorismo não deixava ninguém indiferente. A marca Casa Diniz era marca de desenvolvimento económico e turístico. -----

Destacamos o trato afável, o olhar convincente, o conhecimento especializado do negociante, mas também do sábio conhecedor da cidade e de toda a região envolvente, onde a conversa amena pontificava, em simultâneo, com as vendas e a amizade que, gentilmente, sabia cultivar.

Propomos também um Voto de Pesar. -----

Muito obrigado!” -----

“Ilídio Amílcar da Costa nasceu a 21/08/1927 e faleceu a 16/06/2020 com 92 anos de idade. Era natural da Guarda. -----

Estabeleceu-se na Covilhã, casou e teve seis filhos. -----

Começou a sua atividade profissional em 1953, com 26 anos. Mas antes trabalhara no centro da moda desde os 11 anos. -----

Foi dono de uma fábrica de lanifícios a “Decormalha” com 200 funcionários, abrindo também uma loja de comércio de roupa e sapataria da mais alta qualidade, muito prestigiada na Covilhã – Casa Ilídio. Com 5 funcionários. -----

Homem de grande visão estratégica, abriu também uma loja na Rua de Santa Catarina, no Porto, com 2 funcionárias. -----

Anos mais tarde, ao fechar a Casa Ilídio, abriu a loja “Ana Moda Feminina”, com grande qualidade no âmbito da sapataria. -----

Ao indagar, junto dos filhos, sobre o seu currículo vitae, foi-me dito que frequentemente lhes dizia: -----

“Queridos filhos sejam felizes”. -----

As cidades evoluem com homens deste calibre. Uma personalidade sempre ligada à moda que acompanhou as lógicas dominantes nos tempos da nossa Manchester portuguesa. -----

A sua vida esteve sempre em consonância com a moda ao mais alto nível. -----

Falar de Ilídio da Costa é o retorno a um passado da nossa cidade de que nos orgulhamos. É até o delinear de um promissor futuro ligado à moda que a UBI concretiza de modo exemplar. -----

São personalidades como esta que permitem o reinvestimento seguro em identidades culturais cujo eco se prende à história da cidade. -----

Por isso é mais que justo trazer Ilídio Costa a este lugar e honrarmos a sua memória. -----

Muito obrigado!” -----

Colocados à votação, foram aprovados, por unanimidade, os seguintes Votos de Pesar: -----

❖ *Pelo falecimento do Senhor Manuel Augusto Gomes Diniz;* -----

❖ *Pelo falecimento do Senhor Ilídio Amílcar da Costa.* -----

Os Votos de Pesar deverão ser dados a conhecer às respetivas famílias. -----

Os Membros Municipais Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS) e Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro) não participaram na votação por se encontrarem ausentes do Auditório. -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** que, após cumprimentar todos os presentes, apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Ferreira Gil Duarte que, a seguir, se dá como integralmente reproduzido: **(Doc. 05)** -----

“VOTO DE PESAR -----

O Sr. Zé Gil, como era carinhosamente tratado, nasceu a 11 de Fevereiro de 1942, tendo falecido no dia 20 de Abril de 2020, vítima de doença prolongada. -----

José Ferreira Gil Duarte, distinguiu-se pela sua capacidade empreendedora, tendo gerado, ao longo de mais de 40 anos de atividade, muitos empregos na freguesia de Tortosendo, dando emprego a gentes de outras freguesias, na área da indústria da confecção têxtil e na distribuição de produtos alimentares. -----

As suas empresas contribuíram no seu tempo para a dinamização da freguesia de Tortosendo, em particular do Bairro dos Pinhos Mansos, onde as muitas pessoas que ali trabalhavam dinamizavam o bairro. -----

A Assembleia Municipal, reunida em sessão a 30 de Junho de 2020, manifesta o seu mais profundo pesar, pelo falecimento do Sr. José Ferreira Gil Duarte, transmitindo à sua família as mais sentidas condolências e respeitando um minuto de silêncio em sua memória. -----

David Silva -----

(Junta de Freguesia de Tortosendo)" -----

Colocado à votação, o **Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Ferreira Gil Duarte foi aprovado por unanimidade.** -----

Os Membros Municipais Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS) e Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro) não participaram na votação por se encontrarem ausentes do Auditório. -----

De seguida, cumpriu-se um minuto de silêncio. -----

1.1 - EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter Projeto de Lei n.º 292/XIV, que apresentou na Assembleia da República, "Adota disposições para assegurar o equilíbrio financeiro das Autarquias Locais"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, as propostas de alteração PPL 20-XIV Regime excecional PAM e endividamento das autarquias locais; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, as propostas aprovadas relativas ao equilíbrio financeiro das autarquias Locais; -----
- Email da Assembleia Municipal de Castelo de Paiva a remeter, para conhecimento, apelo/moção "O plano prioritário de CONTINGÊNCIA NOS LARES DE IDOSOS", no âmbito da pandemia causada pelo vírus "Covid-19"; -----
- Email do Prof. Vítor Manuel Reis Silva a requerer, em nome do Grupo Municipal do PCP, a marcação de uma Conferência de Líderes dos Grupos Municipais, com a presença da Câmara Municipal tendo por base o surto pandémico; -----
- Email do Grupo Parlamentar "Os Verdes" a remeter, para conhecimento, a pergunta formulada ao Governo sobre "Medidas e apoios para o Movimento Associativo Popular"; -----
- Email do Grupo Parlamentar do PCP a remeter, para conhecimento, a pergunta formulada ao Governo e a respetiva resposta sobre "Suspensão de serviços de transporte rodoviário interurbano". -----

- Foi concedida a palavra ao Senhor **Prof. Vítor Reis Silva (PCP)** que, após cumprimentar todos os presentes, falou sobre a questão das petições apresentadas por cidadãos à Mesa da Assembleia Municipal. -----

“Tenho conhecimento que foi enviada a petição relacionada com a fatura da água. -----

Temos previsto, no Regimento, o direito de petição individual e coletivo e lembro-me que esta petição, que foi entregue e enviada ao Senhor Presidente da Câmara, poderia eventualmente ter sido agendada na Ordem de Trabalhos desta Assembleia. -----

A questão que eu tinha era questionar o Senhor Presidente da Mesa: será que esta petição irá ter o mesmo caminho de uma outra petição que foi apresentada a propósito do eixo TCT e que teve mais de 250 assinaturas? -----

O Regimento diz que, com mais de 250, essa petição deverá ser agendada ou deverá entrar na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal. -----

Antes do lançamento dessa petição, tinha feito um contacto com a Mesa no sentido de interrogar a Mesa sobre a interpretação, o modo, qual era o entendimento da Mesa sobre esse tipo de petições que são apresentadas. -----

Não podemos, como é evidente, deixar de fora uma petição com 700 peticionários!” -----

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu o Membro Municipal para informar que “ninguém deixou ninguém de fora. -----

A questão aqui é que começámos com o expediente e, sobre a petição, eu ia falar nela a seguir. Mas, já que fala nisso, posso dar aqui o parecer da Senhora Dr.^a Graça Robbins que vou passar a ler. -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Covilhã -----

Senhor Dr. João Casteleiro -----

Informo que a petição enviada para a mesa da AMC através do e-mail infra deve ser objeto de decisão do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, no sentido de ser desencadeado o procedimento previsto no artigo 62.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Assim sendo, proponho que na próxima sessão da AMC, no ponto relativo ao “Expediente”, a mesa informe e dê conhecimento à assembleia sobre o teor da petição que deu entrada propondo, de seguida, que seja autorizada pelos presentes a constituição de uma comissão específica para apreciar a mesma, no sentido de ser posteriormente agendado para uma sessão ordinária da AMC o relatório que a comissão subscrever sobre o tema em apreço. A comissão tem o prazo de 30 dias para se pronunciar, podendo solicitar informações à Câmara Municipal.”

Solicitou aos Líderes de Bancada que propusessem membros municipais, no fim da presente Sessão, para a constituição da Comissão para apreciação e elaboração de relatório relativo às petições apresentadas por cidadãos à Assembleia Municipal, sendo que os mesmos propuseram que a mesma fosse constituída pelos elementos abaixo identificados, tendo a proposta sido considerada: -----

- Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)
- António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)
- João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira (CDS)
- Hugo Ferrinho Lopes (PSD)
- Vítor Manuel Reis Silva (PCP)

- Atribuída a palavra, o Senhor **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** cumprimentou todos os presentes e lembrou que “não é a primeira petição que não segue o trâmite correto. -----

“O Senhor Presidente apresentou aqui uma proposta legítima. -----

Quero só deixar a nota que os pareceres dos técnicos da Câmara aqui não valem nada. Há propostas da Assembleia Municipal e há propostas da Câmara Municipal. O que foi apresentado foi uma proposta da Assembleia. -----

Queria agora lembrar que faz agora dois anos que apresentei aqui dois requerimentos aos olhos da Lei e do Regimento. A bancada do PSD apresenta aqui um novo requerimento a pedir resposta aos dois requerimentos que tinham um prazo de 10 dias para ter resposta aos olhos da Lei e que, passados dois anos, não temos resposta. -----

Informamos que 10 dias depois, se não tivermos resposta por parte da Câmara, vamos dar entrada disto no Tribunal.” -----

1.2 - INTERVENÇÕES

INTERVENÇÕES LÍDERES

--- O Senhor **Prof. Vítor Reis Silva** do **Partido Comunista Português** fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 06)** -----

“**Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,** -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exmo(s). Senhores e Senhoras – Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

Há 79 anos, na madrugada de 22 de Junho de 1941, a Alemanha nazi atacava, sem declaração de guerra, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Abria-se a principal Frente da Segunda Guerra Mundial, aquela em que se decidiria o destino da mais sangrenta guerra da história e a derrota da Alemanha fascista, selada quatro anos depois, com a queda de Berlim e o hastear da bandeira soviética sobre as ruínas do Reichstag, no início de Maio de 1945. -----

O ataque à União Soviética pelas hordas de Hitler confirmava os objectivos estratégicos do expansionismo nazi, em busca do «espaço vital» a Leste, elemento inseparável do anti-comunismo militante das potências do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – congregadas na aliança fascista Anti-Komintern. Com o lançamento da operação «Barbarrossa» da Wehrmacht contra a URSS, cumpriam-se também os desígnios da política de conivência com o avanço do fascismo por parte das classes dirigentes das grandes potências capitalistas (França, Reino Unido e Estados Unidos da América), visando empurrar o militarismo e expansionismo nazis contra a URSS. -----

Neste ano em que se comemoram os 75 anos do dia da Vitória, num tempo de incertezas, marcado pelas consequências do aprofundamento das contradições e crise estrutural do capitalismo – cuja incidência o actual surto epidémico veio agravar –, em que assoma perigosamente o ressurgimento da ameaça do fascismo e da guerra, é mais necessária a defesa da verdade e a clara rejeição da sua adulteração. -----

Contrariando insistentes campanhas de falsificação e reescrita da História, é oportuno voltar a recordar, 79 anos passados do dia 22 de Junho de 1941, que a coluna vertebral da máquina de guerra nazi foi quebrada e destroçada pelas tropas soviéticas. -----

Lembrar que quando os aliados ocidentais abrem finalmente a Frente Ocidental, em 1944, na Normandia, combatiam na Frente Leste 92 por cento das tropas terrestres da Alemanha. É na Frente Leste que são destruídos 75 por cento dos tanques, peças de artilharia e aviões de combate das tropas nazis no decurso da Guerra. -----

Por muito que o sistema dominante tente hoje promover perigosas campanhas de branqueamento do fascismo, a verdade é que em todas as principais frentes de batalha da Segunda Guerra Mundial, da Europa à Ásia, os comunistas estiveram na vanguarda da resistência antifascista e deram o seu contributo decisivo para a Vitória. A Vitória de 1945 contra o nazi-fascismo, alcançada à custa de incomensuráveis sacrifícios, demonstrou que, mesmo perante adversidades e poderosos inimigos, é possível resistir e vencer. -----

Exmo Senhor Presidente -----

Existem no nosso País, à semelhança de outros no mundo, o renascer de forças populistas, de extrema direita e racistas, que, sem pôr em causa o sistema económico e financeiro vigente, colocam em perigo a democracia e o seu aprofundamento. -----

É necessário manter a vigilância e o combate a todos aqueles que, aproveitando-se das brechas e das insuficiências do regime democrático o querem subverter. -----

Também preocupante, meus senhores é -----

A solidariedade europeia, em tempo de Covid -----

Depois da péssima impressão deixada com a resposta inicial ao surto da COVID-19, quando a Itália se viu a braços com a falta de material e equipamento médico, que alguns «parceiros» retinham nas respectivas fronteiras, de súbito reerguidas; depois de aterrarem em solo italiano aviões oriundos da China, trazendo algum do equipamento que os «parceiros europeus» retinham arbitrariamente, mas também de Cuba, com pessoal médico, e da Rússia, com equipas de apoio a ações de desinfecção; -----

depois de tudo isto, a Comissão Europeia veio assegurar, com solenidade, que a «descoordenação» inicial (assim lhe chamaram) era coisa do passado, sendo que o presente e o futuro seriam pautados pela acção coordenada dos 27 em todos os domínios de resposta ao surto e às suas consequências. -----

Até que chegou o desconfinamento e a hora de abrir fronteiras. A «coordenação», que nos juravam ir sobre carris, deu lugar, não tanto à descoordenação, que disso não se tratou, mas à pura perfídia de quem procura obter ganho próprio com o mal intencionalmente infligido ao outro, isto no dizer do insuspeito ministro Santos Silva, que acusou alguns dos países que fecharam portas ao restabelecimento das ligações aéreas com Portugal (foram oito no total, enquanto outros nove introduziram outro tipo de limitações) de quererem desviar fluxos turísticos em proveito próprio, num tempo em que estes escasseiam. -----

Que perspetiva para o nosso futuro? -----

A perspectiva com que o País hoje se confronta é a de uma recessão económica profunda, do disparar do desemprego, da ameaça de encerramento de milhares de micro, pequenas e médias empresas. A origem e natureza desses problemas não estão desligadas das opções da política de direita que tornaram Portugal um país dependente do estrangeiro, que não produz o que podia produzir, onde a riqueza não é distribuída com justiça, onde os grupos económicos e financeiros tomam decisões que comprometem o futuro colectivo e afundam o país. -----

Que propostas tem o PCP? -----

Os impactos no plano económico e social da epidemia continuam a reclamar medidas e respostas de natureza urgente pelas quais o PCP se tem batido para assegurar a defesa dos salários a 100%, do emprego e dos direitos, combatendo o aproveitamento que o grande capital procura fazer da situação actual. -----

Foi nesse sentido que o PCP apresentou cerca de meia centena de iniciativas legislativas no sentido de contrariar e, se possível, inverter muitas das orientações e medidas que constam da proposta de Orçamento Suplementar apresentado pelo Governo na AR, hoje, dia 30, em discussão na especialidade, -----

entre outras, -----

A proibição dos despedimentos (incluindo a reintegração de todos os que perderam o posto de trabalho), -----

A garantia do pagamento dos salários na totalidade, -----

A melhoria das condições de acesso ao subsídio de desemprego, -----

O apoio extraordinário de protecção social a trabalhadores sem acesso a outros mecanismos, no valor de 438 euros, -----

O acréscimo de 20% sobre o valor base de remuneração para os trabalhadores a desempenhar funções essenciais (designadamente no SNS), -----

A redução no valor das mensalidades das creches, -----

O reforço do SNS, -----

O apoio extraordinário ao rendimento dos micro empresários e empresários em nome individual (438 euros). -----

No nosso concelho, neste período do COVID 19, e desde a AM de 6 de Março, as preocupações, naturalmente, circularam um pouco à volta das medidas relativas ao estado de pandemia e do estado de emergência. -----

Não foram e não são tempos fáceis para a população do concelho, para os trabalhadores e Micro, Pequenas e Médias Empresas. -----

Com serviços reduzidos mantiveram-se algumas obras. -----

Mas também se fez muita promoção pessoal e concorrência institucional à custa do COVID19, com distribuição de máscaras, oferta de aparelhos de medição de temperatura ineficazes e outras medidas de duvidosa necessidade. -----

Neste período de desconfinamento mantêm-se, ainda, entre outros, o problema dos transportes urbanos e interurbanos que urge resolver. -----

Disse.” -----

--- Tomou a palavra o Senhor **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha**, pelo **Partido Social Democrata**, que, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.07)** -----

“Exmº Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmºs Senhores Membros da Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã -----

Exmºs Senhores Vereadores -----

Exmºs(os) Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Nesta altura em que vivemos em plena pandemia provocada pela doença Covid-19, permitam-me saudar todos os presentes, fazendo votos que estejam de boa saúde. -----

Os primeiros casos da doença surgiram em Portugal em 2 de Março, quando já se assistia ao drama de Itália e de Espanha, com a morte diária de muitos doentes, num cenário de disseminação exponencial do novo coronavírus SARS-Cov-2 e de colapso do sistema de saúde.

A 11 de Março, dia em que foi declarada a pandemia global, ainda se registaram imagens contrastantes de grupos de pessoas reunidas na praia de Carcavelos, e da situação de caos e morte vivida noutros países. A partir daí os portugueses, antecipando as medidas preventivas das autoridades nacionais (18 de Março – estado de emergência), remeteram-se a um confinamento voluntário que contribuiu para os bons resultados de contenção na disseminação da doença. -----

A região da Cova da Beira, onde se insere o concelho da Covilhã, permanece com valores reduzidos relativos à doença, mas infelizmente não está isenta de casos mortais. Naturalmente congratulamo-nos por esta região não ter sido, até ao momento, muito afetada pela Covid-19, mas as nossas primeiras palavras são de profundo lamento e pesar para os que perderam familiares e entes queridos e os que de alguma forma sofreram com esta pandemia. -----

Estamos na fase de Desconfinamento do 1º surto da Covid-19. Amanhã, 1 de Julho, a generalidade do país vai baixar para o nível de Alerta, excluindo a Área Metropolitana de Lisboa onde em geral vai vigorar o nível de Contingência excepto em 19 das suas freguesias onde a propagação do vírus é mais preocupante e que ficam sujeitas a maiores restrições com o nível de Calamidade. -----

Nesta fase de Desconfinamento desigual do país, e em que aparecem novos focos da doença em várias zonas da Europa, permanecem dúvidas quanto à eminência do surgimento de uma 2ª vaga do vírus. -----

Embora para alguns pareça ser o regresso à anterior normalidade, é certo que a pandemia não terminou e como afirmou ainda ontem a Organização Mundial de Saúde, o pior estará ainda para vir. Só com a colaboração de todos os portugueses e a adopção de medidas corretas será possível coabitar com o novo coronavírus sem o crescimento exponencial da doença e a ruptura do sistema de saúde, até que medicamentos e/ou vacinas eficazes permitam eliminar a doença.”

De seguida, propôs um Voto de Louvor aos profissionais na linha da frente ao combate à pandemia”, subscrito pela bancada do CDS-PP e pelo Movimento de Novo Covilhã que, a seguir, se dá como integralmente reproduzido: **(Doc. 08)** -----

“VOTO DE LOUVOR AOS PROFISSIONAIS NA LINHA DA FRENTE AO COMBATE À PANDEMIA ---

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, hoje reunida pela primeira vez desde que foi declarada a pandemia geral provocada pelo novo coronavírus SARS-Cov-2, vem prestar a

devida homenagem aos profissionais que, em muitos casos sob risco de vida, têm estado na frente de combate à Covid-19. Reconhecemos publicamente a sua dedicação empenho e sentido do dever e o espírito solidário e humanista que oferecem diariamente na luta contra a pandemia. As nossas palavras são de profundo agradecimento e louvor. -----

Queremos aqui estender esta homenagem aos bombeiros voluntários, agentes de autoridade, profissionais dos lares, aos que têm garantido o funcionamento dos serviços básicos, o transporte e fornecimento de bens, os serviços informativos de comunicação social e aos que continuaram a trabalhar e a produzir. -----

A finalizar dirigimos os nossos agradecimentos e reconhecimento aos voluntários e aos que, não estando aqui referidos, têm contribuído de alguma forma para ultrapassarmos melhor esta pandemia.” -----

Colocado à votação, o Voto de Louvor aos Profissionais e a todos os envolvidos na luta à pandemia, subscrito por todos os partidos, foi aprovado, por maioria, com a abstenção do Membro Municipal Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP) e os votos a favor dos restantes Membros Municipais. -----

Os Membros Municipais Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS) e Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro) não participaram na votação por se encontrarem ausentes do Auditório. -----

Finalizou a sua intervenção entregando a Moção intitulada por “Relançamento da Economia e resposta à Covid-19: em defesa das empresas, trabalhadores, famílias” que foi enviada, no momento pelo serviço de apoio, via email a todos os membros municipais e que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 09)** -----

“Covilhã, 30 de junho de 2020 -----

PONTO 2.1: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

MOÇÃO “RELANÇAMENTO DA ECONOMIA E RESPOSTA À COVID-19: EM DEFESA DAS EMPRESAS, TRABALHADORES, FAMÍLIAS” -----

Num momento crítico como o que estamos a viver, em vez de encontrar responsabilidades, temos de contribuir com medidas para um período de retoma, não só necessário, mas sobretudo essencial que deverá acontecer a seguir ao combate sanitário que o país está a travar.

Assim, o grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã propõe três (3) grupos de proposta, nomeadamente: -----

- Empresas e trabalhadores; -----
- Famílias; -----
- Relançamento da Economia. -----

EMPRESAS E TRABALHADORES -----**Proposta 1: Desburocratização e alargamento do acesso ao lay-off** -----

- Simplificação das regras de acesso ao lay-off, passando o Estado a pagar diretamente e não a reembolsar as empresas (dado que muitas não têm tesouraria para suportar esse gasto); -----
- Acesso simplificado, por mera declaração dos responsáveis da empresa e do contabilista certificado, para todas as empresas que sofreram uma quebra superior a 30% na faturação, em períodos de 2 semanas (face ao período anterior ou face ao período homólogo de 2019); -----
- Permitir às empresas, sem que com isso percam o acesso ao regime de lay-off, que possam fazer o pagamento adicional de parte ou a totalidade da remuneração perdida dos funcionários em lay-off até ao montante máximo de 1905 €. -----

Proposta 2: Criação de um mecanismo de apoio aos sócios-gerentes das PME's que entrem em lay-off -----

- Considerar o sócio-gerente como trabalhador, recompensando-o de parte do salário perdido por força do lay-off. -----

Proposta 3: Alargamento do “apoio extraordinário à redução de atividade económica” para trabalhadores independentes -----

- Alargar a medida do “Apoio extraordinário à redução de atividade económica” a todos os trabalhadores independentes e não apenas aos trabalhadores independentes que vivem exclusivamente deste tipo de rendimentos. -----

Proposta 4: Pagar todas as dívidas do Estado a fornecedores e acelerar os pagamentos das participações dos fundos da EU -----

- Pagar, no prazo de 15 dias, todas as dívidas a fornecedores de todas as entidades públicas; -----
- Acelerar o pagamento das participações dos fundos da UE às empresas. -----

Proposta 5: Aumentar e redefinir as linhas de crédito de apoio à tesouraria das empresas, dos empresários em nome individual e dos profissionais liberais -----

- Alargar as linhas de crédito já criadas para todos os setores, para um valor na ordem dos 10 mil Milhões €, libertando um quarto desta parcela para territórios de baixa densidade;
- Garantia do Estado de 90% nos créditos concedidos; -----
- Aumentar o montante máximo de empréstimo por empresa: microempresas de 50 para 100 mil euros; pequenas empresas de 500 para 750 mil euros; empresas médias de 1.5 para 2 milhões de euros; -----

- Flexibilizar a utilização da garantia do Estado em função da vontade da própria instituição de crédito; -----
- Isentar as microempresas de comissões de gestão ou acompanhamento; -----
- Eliminar a cobrança de Imposto de Selo nestas linhas de crédito; -----
- Os empréstimos de apoio à tesouraria destas linhas de crédito deverão ter uma TAEG igual ou inferior a 1.5% (Taxa de juro anual efetiva global). -----

Proposta 6: Alargamento dos prazos fiscais -----

- Passar o pagamento do IVA do 1º e 2º trimestre para outubro; -----
- Passar o pagamento de IRC e dos pagamentos por conta em IRC (1º e 2º pagamento) para outubro; -----
- Dispensar os pagamentos por conta de IRS; -----
- Passar o pagamento da TSU de abril e maio para outubro. -----

Proposta 7: Isentar de portagens, as empresas e trabalhadores independentes com sede fiscal nos Territórios de Baixa Densidade -----

- Todas as empresas e trabalhadores com sede fiscal em Territórios de Baixa Densidade ficarem isentas no pagamento de portagens nas SCUTS durante o ano de 2020. -----

Proposta 8: Criação de um Programa Simplificado de Apoio à Economia Local (PAEL Simplificado) -----

- Um regime excecional e transitório de concessão de crédito aos municípios, permitindo a execução da medida de aceleração de pagamentos às empresas pela Administração Pública, definida pelo Conselho de Ministros como resposta à situação epidemiológica do novo Coronavírus – COVID 19, para a concretização de um cenário de equilíbrio financeiro e para a regularização do pagamento de dívidas dos municípios, a fornecedores e outros credores, onde fica integralmente excluído dos credores as instituições financeiras, por forma a impedir as reestruturações financeiras de crédito. ---

Proposta 9: Definição das Empresas Críticas para a Economia Local (ECEL) -----

- Reconhecer a existência de um conjunto de empresas críticas para a economia local que poderão ter um efeito de arrastamento e prolongamento de período de crise e definir um conjunto de benefícios preferenciais para as empresas que se assumam como motor de sustentabilidade das PME's locais; -----

Proposta 10: Atribuição de verbas financeiras - subsídio convertível – para reforçar os fundos de maneo das ECEL -----

- Criação de subsídio parcialmente convertível em não-reembolsável, por um período de 3 a 5 anos – complementado com as linhas de financiamento – para potenciar a circulação de capitais, nomeadamente através da aposta em condições de pronto

pagamento, entre empresas nacionais. Esta linha poderá ser parcialmente não reembolsável conforme o cumprimento de indicadores: manutenção dos postos de trabalho, contribuição para balança comercial, entre outros. -----

Proposta 11: Bolsa de Mediadores de Recuperação de Empresas -----

- Aproveitar a figura de Mediador de Recuperação de Empresas criada pela Lei n.º 6/2018 de 22 de fevereiro, essencial para melhorar as condições para que empresas em situação de dificuldade alcancem melhores taxas de sucesso nos processos de reestruturação, podendo na elaboração do diagnóstico da sua situação e prestar-lhe o apoio necessário na elaboração do plano de reestruturação e no processo negocial com os seus credores. As listas oficiais de Mediadores são públicas e disponibilizadas no site do IAPMEI; -----

Proposta 12: Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) -----

- O RERE é um procedimento extrajudicial, voluntário e confidencial dirigido a empresas e outras pessoas coletivas que se encontrem em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, devendo ser divulgado como primeiro instrumento para revitalização da empresa. -----

Proposta 13: Transformar os incumprimentos em dívida a 3 anos -----

- Criar um programa com os bancos, em que as prestações das dívidas bancárias que sejam incumpridas durante o ano de 2020 sejam transformadas em dívida a 3 anos, com garantia do Estado e manutenção das condições do empréstimo. -----

Proposta 14: Flexibilizar o regime de férias durante o período da crise -----

- As empresas encerradas ou que tenham enviado trabalhadores para casa sem ser em teletrabalho, por força da quebra da sua faturação durante o Estado de Emergência ou de outras condicionantes que, de seguida, venham a ter de ser implementadas, podem afetar metade das férias desses trabalhadores a esse período. -----

Proposta 15: Flexibilizar o regime de utilização do banco de horas durante o período da crise

- As empresas que tiveram quebras superiores a 25% na sua faturação podem gerir com critérios mais alargados os bancos de horas dos seus trabalhadores durante o estado de emergência e até 180 dias após o seu término. -----

FAMÍLIAS -----

Proposta 16: Aumentar o período de carência e amortização das linhas de apoio à tesouraria do programa Capitalizar -----

- Alargar o período de carência para 12 meses e amortização para 10 anos de todas as linhas de apoio à tesouraria do programa Capitalizar -----

Proposta 17: Alterar o regime de moratória dos créditos à habitação -----

- Os juros dos créditos à habitação em regime de moratória não capitalizam na dívida, sendo pagos após o final da moratória em 12 prestações sem juros. -----

RELANÇAMENTO DA ECONOMIA -----

Proposta 18: Mecanismos de capitalização do setor empresarial -----

- Apesar da resposta imediata às necessidades de liquidez das empresas portuguesas se focar em linhas de crédito e garantias, esta proposta pretende atenuar o impacto significativo que a situação atual pode ter no setor empresarial, já por si excessivamente endividado. À semelhança do proposto noutros Estados-Membros, Portugal deverá atuar em três frentes no estímulo aos instrumentos de capital de risco: -----

LINHA 1: Incentivos ao capital institucional e privado -----

- Discriminar positivamente os investimentos em capital de risco nacional em condições de mercado para efeitos de consumo de capital de seguradoras e bancos. -----
- Garantir até 50% a criação de portfolio nacional de capital de risco em condições de mercado por parte de fundações e fundos de pensões. -----

LINHA 2: Linha de coinvestimento para start-ups e capital de risco -----

- Criação de um “fundo 500M” com 500 milhões de euros disponíveis para investimento híbridos de capital (títulos convertíveis) disponíveis para fundos de capital de risco, aceleradoras, business angels e corporate ventures que pretendam reforçar o capital e assegurar uma almofada financeira para empresas em carteira, muitas vezes impossibilitadas de aceder ao crédito bancário em condições acessíveis. -----

LINHA 3: Fundo de Fundos para situações especiais -----

- Inspirado no mecanismo proposto pela Alemanha, Portugal deve lançar um instrumento de 1.000 milhões para capitalização de empresas com dificuldades financeiras ou risco de falência causado pelo recente choque económico. O mecanismo deve subscrever capital de fundos geridos por equipas privadas capazes de levantar capital adicional por parte de investidores institucionais nacionais e estrangeiros. -----

A presente moção deverá ser enviada ao Primeiro-Ministro, Ministro da Economia, Ministro das Finanças, Ministra da Saúde e Ministra da Coesão Territorial, bem como aos diversos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, DGAL, ANMP, ANAFRE e ANAM. -----

A bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, -----

Hugo Ferrinho Lopes, -----

José Sardinha.” -----

Colocada à votação, a Moção “Relançamento da Economia e resposta à Covid-19: em defesa das empresas, trabalhadores, famílias” foi rejeitada com 19 votos contra (PS e PCP), 11 abstenções (CDS, DNCCP e IND) e 3 votos a favor (PSD e Presidente da Junta de Freguesia de São Jorge da Beira). -----

Não votaram a presente Moção 10 Membros Municipais por se encontrarem ausentes do Auditório, não tendo sido possível identificar os mesmos. -----

Foram feitas as seguintes Declarações de Voto: -----

- Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)**: “A minha abstenção é que esta Moção, no meu entender, devia ser uma recomendação e não uma moção. Todo o conteúdo dela é mais uma recomendação ao Governo ou aos Deputados da Assembleia da República do que a este órgão.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Acontece que, efetivamente, o CDS também tem o seu programa de Covid e de planeamento de desconfinamento. Não é não concordar e por essa razão a abstenção.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: “Concordando com algumas das medidas apresentadas como é evidente, mas existem duas medidas propostas com as quais não poderíamos concordar que têm a ver com a flexibilização das férias e a tal flexibilização da bolsa de horas. Discordamos dessas duas figuras, portanto daí o nosso voto contra.” -----

--- Tomou a palavra o Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo** pelo **CDS – Partido Popular** que, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“Depois deste longo tempo de espera (*quem espera sempre alcança*) e ao final de tanto tempo lá conseguimos reunir uma Assembleia Municipal. -----

Decorrido este período de exceção, é tempo de um balanço democrático e de como funcionaram as coisas ao nível da democracia. -----

Nestas alturas de exceção é que se veem se há lideranças de exceção. É nestas alturas que percebemos se os nossos órgãos, que foram eleitos por nós, nos respeitam ou não. É nestas alturas que constatamos se as coisas funcionam bem, melhor ou pior. -----

Claramente na Covilhã tivemos a triste constatação de que as coisas não funcionaram. -----

Ficou tudo suspenso: as Assembleias ficaram suspensas; as reuniões de Câmara ficaram suspensas; o Senhor Presidente deu-se ao luxo de começar a fazer despachos ainda antes da última reunião de Câmara a 20 de março, sem os levar à reunião de Câmara para serem ratificados. -----

E, durante três meses, governou-se a belo prazer com as consequências que todos nós assistimos e vemos. -----

Optou claramente por reunir com quem quis e como quis; optou por reunir semanalmente com algumas entidades via teleconferência ou via videoconferência; optou por reunir com grande parte das associações deste concelho. -----

Mas, e esse é que é o senão, os órgãos eleitos que tinham que ter voz e de serem ouvidos durante esta pandemia e durante este tempo de exceção ignorou-os. E ignorou-os de uma forma que até eu considero em prejuízo próprio porque é evidente que, feito o balanço daquilo que aconteceu pelo Senhor Presidente e pelas consecutivas ações de propaganda que vimos na comunicação social todas elas, de uma forma que considero até ofensivas e desrespeitosas de toda a oposição, o Senhor Presidente da Câmara viu que não estava bem aconselhado. -----

Não estava bem aconselhado nem pelos serviços técnicos pelos vistos porque, na prática, tudo o que acontecia de mal eram os serviços técnicos que não tinham feito o seu trabalho. -----

Vimos isto nomeadamente no famosíssimo caso dos termómetros da construção civil que foram apontados às autoridades e aos agentes da autoridade como sendo a grande panaceia para medir a temperatura das pessoas neste concelho. -----

Vimos isto na questão das máscaras que também foi propagandeado na televisão. Aquilo que saiu na comunicação social foi que o Senhor Presidente da Câmara disse que teria gasto 140 mil euros para adquirir 40 mil máscaras (segundo notícia da *Rádio Clube da Covilhã*). -----

Na prática, não é verdade. Até aí o Senhor Presidente da Câmara tem a capacidade de mentir mesmo nestas situações. Não gastou 140 mil euros. O ajuste direto, que foi feito, foi de 108 mil euros, mas não sei quantas máscaras é que foram adquiridas. -----

Mas, a ser verdade, pegando nas palavras do Senhor Presidente, cada máscara que foi comprada pela Câmara Municipal da Covilhã custou 3,50 euros. -----

Se formos pegar ao ajuste direto que está em publicidade, a Câmara gastou 2,70 euros em cada máscara + IVA. -----

Em tempos de exceção até seria admissível, apesar de terem aparecido na comunicação social uma Câmara Comunista que comprou máscaras ao mesmo preço e foi crucificado o Senhor Presidente de Câmara porque gastou um preço até inferior aos 3,50 euros. Na Covilhã achou-se tudo normal. -----

Até acharia normal se, de facto, se comprovasse que não havia outras alternativas e, sobretudo, se as referidas máscaras fossem, no mínimo, certificadas como se exige pelo CITEVE. E, na prática, não estão! Vamos ver a lista das máscaras certificadas e a empresa que vendeu não está certificada a máscara, nem constava a sua certificação na distribuição que foi feita.” -----

Prosseguiu comparando os procedimentos adotados pelo Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Primeiro Ministro que, “durante a crise, teve de facto um comportamento exemplar:

chamou a oposição; fez reuniões com técnicos, com os órgãos de soberania. Os órgãos de soberania funcionaram naturalmente e normalmente. Todos os órgãos de soberania funcionaram, dando o exemplo de que quem está eleito é quem tem que dar provas de que trabalha e que está a salvaguardar os interesses dos seus cidadãos. -----

Na Câmara da Covilhã e na Assembleia Municipal exatamente o contrário.” -----

Concluiu dizendo que, neste tempo de exceção, não se deu “azo à democracia, à audição das pessoas e à congregação de esforços.” -----

--- Usou da palavra o Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues** pelo **Movimento De Novo Covilhã** que, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc.10)** -----

“Senhor Presidente da mesa da Assembleia -----

Senhor Presidente da Câmara -----

Senhores Presidentes de Junta -----

Senhores Vereadores -----

Senhores Deputados Municipais -----

Senhores Colaboradores da Câmara Municipal da Covilhã -----

Comunicação Social

Minhas senhoras e meus senhores -----

Na última sessão colocamos a questão: Estamos preparados para enfrentar a pandemia resultante da infeção provocada pelo novo coronavírus? Hoje afirmamos a pertinência da questão levantada pois já matou mais de meio milhão de pessoas em todo o mundo e reformulamo-la: Será que estamos preparados para a réplica que pode estar ao dobrar da esquina? -----

Será que fizemos tudo bem feito? Será que fizemos o que devíamos? -----

Que reflexão e análise já fizemos para não repetir erros e, principalmente, omissões para melhorar a nossa atuação? -----

Estas são algumas das questões que todo e qualquer cidadão deve refletir e responder. -----

Afinal: Confinar ou desconfinar? O resultado parece indicar que o confinamento poderá ter poupado cerca de 3.000000 de vidas em 11 países europeus. Portugal não está incluído no estudo mas, por extrapolação, o confinamento deverá ter poupado entre 50 a 60000 vidas que acrescentariam aos óbitos registados no nosso país, para além de impedir a destruição total do nosso sistema de saúde. -----

A pressa sempre foi má conselheira e é importante perceber que o esforço exigido nas sociedades e civilizações que põem a preservação da vida humana, como objetivo sublime, está justificado. -----

Entre nós, nem tudo corre bem. Atente-se no aparecimento diário de novos focos por todo o território e, pelo que nos é dado a entender, podem ser, também, resultado de condutas impróprias e irresponsáveis que deixam bem claro que a pandemia está viva. -----

A este propósito referir que o hospital de Santa Maria tem vindo a receber doentes mais novos com quadros clínicos de maior gravidade. Sandra Braz, coordenadora da unidade de internamento de contingência de infeção viral, transmite uma enorme preocupação pela ideia interiorizada pelos jovens de que com o desconfinamento já está tudo resolvido e que já é possível relaxar nos cuidados e abrandar a guarda. -----

Entre os jovens circula a ideia de que ao ar livre não há problema e que os encontros serão nas esplanadas ou na praia e que os amigos não estão infetados, nem se vê ninguém doente no seu bairro. -----

De mão em mão vão passando o telemóvel, o copo, o cigarro e quase sem reparar todos enfiam os dedos no saco para ir buscar mais uma batata frita. Existe a convicção entre os jovens que não há risco pois ninguém tem sintomas, todos se conhecem, todos são saudáveis. -----

Seria injusto apontar o dedo acusador aos jovens e ignorar posições assumidas pelas três principais figuras do estado, acompanhadas pelo presidente da Câmara de Lisboa e pelo presidente da Federação Portuguesa de Futebol. Juntaram-se para celebrar a decisão da realização da fase final da liga dos campeões em Lisboa. Pura subalternização do poder político ao poder económico. Nada o justifica, muito menos quando o País está perante a maior crise sanitária e económica que alguma vez lhe conhecemos. -----

Será a realização da final da liga dos campeões em Portugal uma boa notícia? -----

Foi feita uma análise de risco criteriosa tendo em conta a exposição ao risco de contágio que vamos enfrentar? -----

Qual o impacto na economia se os jogos forem realizados à porta fechada? -----

Qual o impacto em termos de saúde pública se os jogos forem feitos com espectadores? -----

Mas a questão levantada permanece: confinar ou desconfinar. -----

A inflação dispara, o desemprego está de volta a fome aumenta. Torna-se evidente que é preciso desconfinar de modo adequado e no tempo certo para que os sacrifícios sofridos não tenham sido em vão. -----

É preciso adotar uma pedagogia de rigor não minimizando os efeitos nefastos do vírus, dizendo que tudo está bem, que tudo vai acabar bem quando se sabe que o potencial pandémico do vírus é agora maior do que no início da pandemia, quando juntamente com a Suécia, somos os dois países europeus com maior taxa de crescimento de indivíduos infetados. -----

Sim, é preciso desconfinar, mas devagar. Temos de cumprir regras que nos protejam, evitando os contactos próximos, os espaços fechados e os espaços lotados. Afinal o distanciamento social já provou ser eficaz pois a principal forma de transmissão do vírus é por via aérea em situações de contacto próximo. -----

Senhor Presidente da Câmara repito a questão: estamos preparados para a réplica que pode estar ao dobrar da esquina? -----

Disse.” -----

--- Pelo **Partido Socialista** tomou a palavra o Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “é um gosto voltar a esta casa, à casa da democracia da Covilhã. -----

São 4 meses que parecem anos; são 4 meses de uma alteração profunda daquilo que é o nosso dia a dia; e são 4 meses em que cada um de nós, na medida das suas responsabilidades e das suas possibilidades, procurou dar uma resposta adequada e o mais eficaz possível às circunstâncias que vivemos. -----

Na qualidade de líder da bancada do Partido Socialista, quero saudar em primeiro lugar todos aqueles, sem exceção, que estiveram e estão sempre na linha da frente para garantir que, independentemente da circunstância de confinamento e do estado de emergência que obrigou a muitos de nós a ficar durante um longo período de tempo encerrados em casa, nada nos faltasse. -----

O Partido Socialista tem proposto um Voto de Louvor a estes profissionais que vão desde os profissionais da saúde, aos profissionais da educação, aos profissionais das forças de segurança, das forças de proteção civil e socorro, aos bombeiros, às IPSS's, às associações, aos grupos informais, aos movimentos religiosos e a todos aqueles que procuraram dar o melhor de si e minimizar o impacto desta tragédia e desta pandemia que nós nunca vivemos. -----

Por isso, as minhas primeiras palavras não podiam deixar de ser de reconhecimento dessas pessoas e, desde logo à cabeça, porque também estamos na Assembleia Municipal, aos funcionários da Câmara Municipal e ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente, pela resposta que deram a esta circunstância. -----

Devo dizer que é uma resposta que nos orgulha; é uma resposta que esteve à altura dos tempos; esteve à altura das necessidades; e compara muito bem com aquilo que foi o posicionamento noutras autarquias, noutros municípios e, em global, no país. -----

Ao contrário daquilo que aqui já foi dito e, infelizmente, apesar dos tempos serem diferentes, há coisas que não mudam. Falava-se aqui que faltava lideranças afirmativas. -----

Não sei se a afirmação da liderança ou se o contributo que podem dar à solução da causa é pedir, no meio da pandemia, a demissão do responsável do Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira que está, até hoje, a conduzir de forma absolutamente exemplar todo este processo, o que nos tem permitido, de alguma forma, chegar a este momento com o número de casos que temos, a uma situação controlada. -----

Não podia deixar de dizer isto. -----

Não é verdade aquele ditado ou brincadeira que se diz “*se não consegues ajudar, atrapalha porque o importante é participar*”? Não é verdade, Senhores Deputados. -----

Aqui é preciso, de facto, ajudarmos a construir e, na circunstância específica em que vivemos, creio que todos nós, e desde logo a nossa população, dispensa a política barata e de baixo nível que procura, com uma desgraça coletiva, ganhar vantagens políticas e partidárias junto dos seus adversários. -----

Aquilo que se exige e que se espera nestes momentos é uma atitude de responsabilidade, uma atitude construtiva, uma atitude de altruísmo e de solidariedade entre todos. -----

Aquilo que hoje espero é, de facto, ouvir dos partidos da oposição um contributo construtivo para aquilo que tem sido feito (tem sido feito muito e de forma exemplar). -----

Não sei se o problema das máscaras é de não serem azuis e de não terem escrito CDS, mas a verdade é que agradeço muito à Câmara Municipal da Covilhã a distribuição coletiva das máscaras por toda a população e creio não ser o único. Creio que sou eu e a grande maioria da população agradecem e reconhecem isso. -----

Quero saudar também e destacar o exemplo entre a Beira Serra e um conjunto de freguesias do nosso município que, de forma solidária, puseram, quase de um dia para o outro, a funcionar um projeto de construção de máscaras sociais e que previnem (não têm as condições daquelas que foram adquiridas pelo município que, ao contrário daquilo que o Senhor Deputado diz, são certificadas). -----

Não vale a pena virmos aqui iludir e andarmos aqui a atirar lama porque, neste momento, o que precisamos é de construção. -----

Quero realçar aquilo que tem sido a atitude absolutamente responsável da parte de todo o Executivo Municipal, incluindo o Vereador do CDS que pese embora tenha tido, nesta última fase, esta tentativa populista de querer ganhar uma pequena vantagem política sobre um adversário com coisas que não devia. Numa fase inicial, todos eles se portaram absolutamente de forma exemplar, demonstrando a sua disponibilidade ao Presidente da Câmara para construir, para colaborar e para somar. Isso deve ser registado também nesta casa da democracia.” -----

Finalizou a sua intervenção apresentando um Voto de Protesto pelo funcionamento da Central Nuclear de Almaraz que, a seguir, se dá como integralmente reproduzido: **(Doc. 11)** -----

“Voto de Protesto pelo funcionamento da Central Nuclear de Almaraz -----

A Assembleia municipal da Covilhã, em complemento das tomadas de posição anteriores nesta Assembleia acerca do mesmo assunto; -----

Reforçado pelas recentes notícias de dois incidentes nos últimos cinco dias no funcionamento da referida Central Nuclear; -----

Conscientes dos perigos que possam decorrer de um acidente na Central Nuclear de Almaraz, quer para os cidadãos de toda a zona fronteiriça, quer para o meio ambiente e seus recursos naturais das regiões envolventes, quer de Espanha, quer de Portugal, vimos através da Assembleia Municipal, repudiar a manutenção da já velha e problemática Central de Almaraz, situada no município de Almaraz, na “comarca natural de Campo Arañuelo”, na província de Cáceres em Espanha. -----

Vem lembrar, também, que esta central é refrigerada pelo rio Tejo, rio que “corre” no leito de várias regiões dos dois países e que esta central nuclear ultrapassou o seu prazo de validade, de 30 anos em maio de 2011. -----

Assim, esta Assembleia Municipal vem através de um voto de protesto e repúdio pela manutenção desta central, exigir o encerramento definitivo e no mais curto espaço de tempo, para que se possa evitar um eventual desastre de consequências imprevisíveis para todos, em especial para as nossas populações. -----

Depois de aprovada pela Assembleia Municipal, deve este Voto ser endereçado ao Senhor Presidente da República, ao Governo da república, aos partidos políticos com assento parlamentar na Assembleia da república, ao Governo de Espanha, ao Governo Regional da província de Cáceres, ao município de Almaraz e dada nota pública a toda a população através dos meios próprios e da comunicação social. -----

Covilhã, 30 de junho 2020 -----

Hélio Fazendeiro” -----

Colocado à votação, o **Voto de Protesto pelo funcionamento da Central Nuclear de Almaraz foi aprovado por unanimidade.** -----

Os Membros Municipais Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS) e Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro) não participaram na votação por se encontrarem ausentes do Auditório. -----

INTERVENÇÕES

--- Foi atribuída a palavra ao Senhor **Coordenador Municipal de Proteção Civil – Professor Joaquim António Matias** – para fazer um breve resumo sobre o estado de situação do Covid-19 no concelho da Covilhã. -----

- O Senhor Coordenador Operacional Municipal de Proteção Civil – Professor Joaquim António Matias – iniciou cumprimentando todos os presentes e informou que o plano de contingência municipal tinha sido aprovado e implementado a 6 de março de 2020. -----

“O plano de operações municipal da Covilhã foi ativado a 19 de março de 2020. -----

A Proteção Civil Municipal fez 14 reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil restrita. Reunimos 12 vezes com 34 IPSS’s do concelho da Covilhã. Reunimos, em termos de proteção civil distrital, 70 vezes. -----

Elaborámos um relatório, desde o início da pandemia até agora, com 70 páginas e um conjunto de anexos, que reflete tudo aquilo que a Câmara Municipal da Covilhã entendeu por bem refletir e pôr no terreno todas as estratégias que nos levassem a fazer com que a pandemia no nosso concelho da Covilhã fosse a que é hoje e os dados estão aí. -----

Não podemos deixar de agradecer hoje aqui, porque é também Presidente da Assembleia Municipal, o papel importante que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira, na pessoa do Senhor Dr. João Casteleiro, teve para que, em conjugação de esforços com um conjunto de instituições, obtivéssemos os resultados que hoje temos no concelho da Covilhã. -----

Para terem a noção, nas 34 IPSS’s, como devem compreender, é onde está o foco da grande preocupação que qualquer serviço municipal de proteção civil e qualquer câmara devem ter e para a qual devem direcionar todos os seus esforços, em colaboração com as juntas de freguesia do concelho da Covilhã, salvo honrosas exceções (poucas felizmente), conseguimos 27 locais de retaguarda para no caso de ser necessário fazer qualquer evacuação o fazermos sem qualquer problema, tendo montado 311 camas em 16 espaços de retaguarda. Hoje estão 200 e tal camas montadas ainda porque tivemos que desmontar as camas dos Unidos do Tortosendo (80 ou 84 camas). -----

Esta conjugação de esforços que foi efetuada, obviamente sempre liderada pelo Senhor Presidente da Câmara como primeiro responsável pela proteção civil e depois pelo Senhor Vereador da Proteção Civil, com o Gabinete de Proteção Civil Municipal, apesar de ser pequeno, quanto a mim e salvo melhor opinião, funcionou como um exemplo que tem sido dado em termos nacionais pelos *briefing’s* distritais que têm sido feitos. -----

O Senhor Secretário de Estado da Juventude e Desporto tem acompanhado todo este processo e, como sabem, é ele que faz a coordenação até Viseu e, portanto, de todo este processo das medidas implementadas. -----

Penso que não sou suspeito. Estou nestas funções assumindo integralmente todas as responsabilidades que um coordenador operacional municipal da proteção civil no concelho tem, depois da sua nomeação em *Diário da República*. Independentemente de estar aqui a prestar um serviço gratuito ao concelho da Covilhã, não deixo de ter essas responsabilidades e quero assumi-las até ao momento em que o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores assim o entenderem e a mim depositem a confiança que têm depositado. -----

Nesta questão da pandemia, permitam-me que vos diga o seguinte: -----

A política deve ficar de fora deste processo. Não devemos politizar a questão da pandemia e todos devemos dar as mãos, à semelhança do que acontece hoje nos órgãos de soberania, com praticamente todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República, salvo honrosas exceções. -----

Tivemos contributos e dos contributos que tivemos alguns estão aí desse lado, mas não foram muitos os contributos que tivemos. Tivemos alguns e obviamente que os aproveitámos, sempre com a anuência e aprovação de quem de direito que é o Senhor Presidente da Câmara a quem eu publicamente quero felicitar pela entrega abnegada que deu a esta questão do Covid. -----

Registámos no concelho da Covilhã 9 casos, mas foram praticamente todos importados. -----

Criou-se o Covid Drive, que Coimbra queria-o tanto criar, e isto tem de ser reconhecido graças ao empenhamento do Senhor Presidente da Câmara. -----

Há uma grande preocupação a começar pelo Senhor Presidente da Câmara, mas também da proteção civil. É que a pandemia não é uma coisa qualquer para brincarmos com ela. O vírus anda por aí e se, eventualmente, não redobrarmos os cuidados, não dermos as mãos, todos em conjunto, para que consigamos alcançar os mesmos resultados que até hoje alcançámos no concelho da Covilhã, podemos vir a ter problemas. -----

Na próxima quarta-feira vamos reunir de novo com as IPSS's. Normalmente convidamos sempre também os responsáveis do setor da saúde. Eu mesmo vou sugerir, na próxima quarta-feira, que nessa reunião possamos aprovar a restrição de visitas a utentes dos lares que não têm hoje ainda as melhores condições, apesar do muito esforço e sacrifício que eles têm feito para criar as condições de visita aos utentes, porque vêm muitos emigrantes para o concelho da Covilhã e sabemos que nem todos vão cumprir aquilo a que estamos obrigados pela Direção Geral de Saúde. -----

Obviamente que as IPSS's não estão vinculadas às orientações que possamos dar e temos aqui nesta Assembleia que, sendo responsáveis pelas freguesias, também têm responsabilidades em IPSS's e que também quero louvar e agradecer o trabalho que têm feito, a dedicação que têm colocado à causa do combate ao Covid-19 e o esforço financeiro também. -----

Gostaria que o nosso técnico da Proteção Civil – André Morais –, se eventualmente houver alguma questão que os Senhores Deputados queiram apresentar ou colocar, possa também usar da palavra aqui. É que a pandemia ocupa-nos muito tempo, mas não é só a pandemia. Neste mês, já fizemos o extermínio de 8 ninhos de vespas asiáticas e há muitas ocorrências de proteção civil que não só isto. -----

Senhor Presidente da Câmara permita-me que lhe diga: continue, coadjuvado com o Senhor Vereador da Proteção Civil, a investir na proteção civil, na proteção das pessoas e bens, a defender, no fundo, a saúde das populações.” -----

--- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**, após cumprimentar todos os presentes, deu algumas sugestões relativamente à ordem de trabalhos e à condução dos trabalhos. -----

“Existe, no período do “Antes da Ordem do Dia”, as intervenções dos líderes, mas, entretanto, já estamos a discutir moções. Penso que devia ser organizado desta forma: -----

- Intervenções dos líderes das bancadas sem moções; -----
- A seguir as intervenções dos Membros da Assembleia sem moções; -----
- E as moções, como já propus uma outra vez, serem apresentadas à Mesa, distribuídas à Assembleia e, depois, haver um período para se discutirem e votarem rapidamente. -----

Só um apontamento inicial: como é que os presidentes de junta têm acesso às moções? É fácil. Inscrevem-se num grupo municipal, como eu, e, portanto, têm acesso às moções. Desde o início dos trabalhos desta legislatura que tenho dito isto. É uma coisa muito fácil. -----

Aqueles que, segundo o Regimento, não se inscrevam, são constituídos como deputados independentes e terão acesso pelo email às várias intervenções, moções, etc. -----

Porque foi aqui mencionado, esta máscara que uso custou à Câmara Municipal cerca de 0,50 €. Existem 12 mil destas e mais 12 mil, conforme falou o Deputado Hélio Fazendeiro, do projeto que fizemos, mas esse projeto foi mencionado a Beira Serra e a Junta de Freguesia de Boidobra e não podia deixar de mencionar a Junta de Freguesia do Tortosendo, a de Peso e Vales do Rio e a de Cantar Galo e Vila do Carvalho que se juntaram ao projeto da Beira Serra e que, sem elas, não teríamos atingido a dimensão que o projeto teve. -----

Conseguimos colocar 116 costureiras voluntárias de 4 concelhos da região, incluindo os da Cova da Beira mais o Sabugal, de 16 freguesias, a trabalhar para este projeto. -----

Saudar aquilo que foram os trabalhadores e as autarquias. Fala-se muito no serviço de saúde e de proteção civil, mas houve, de facto, muitos trabalhadores que estiveram também e que não fecharam. Já tinha dito isto na reunião das juntas de freguesia com o Senhor Presidente da Câmara: a importância da coisa pública em tempos de emergência e de crise e assistimos, inclusivamente, a hospitais privados a fecharem e entrarem em *lay off*, como foi o caso do SAMS, e, portanto, a importância da coisa pública na vida normal, mas também mais exacerbada na questão da emergência e da pandemia. -----

Relembrar que, na última Assembleia Municipal, foi feita uma intervenção por parte do público de residentes na Rua do Alvarcão – Quinta Branca – na sessão de 6 de março que é preciso dar resposta rapidamente; que o campo de ténis do domínio público no eixo TCT continua fechado, com cadeado e chave, e que é necessário que a Câmara Municipal intervenha nesta matéria; é necessário que a Câmara Municipal dê uma especial atenção à sinistralidade no cruzamento do TCT com a E.M. 507 (cruzamento para a Boidobra); apresentámos um plano de pavimentação das ruas da freguesia da Boidobra e que é necessário dar resposta (pelo menos estudar, em conjunto com a Junta, e ver o que é possível fazer e começarmos a caminhar); é necessário rapidamente começarmos a ver a requalificação do espaço público da Praceta na Conde José Calheiros e a questão do cruzamento da emissora com a E.N 18.” -----

De seguida, apresentou as duas moções que, a seguir, se dão como integralmente reproduzidas:
(Docs. 12 e 13) -----

“MOÇÃO PORTAGENS -----

Considerando as inúmeras promessas realizadas sobre as portagens nas Ex-SCUT do Interior A23, A24 e A25; -----

Considerando as necessidades de medidas para o desenvolvimento do interior por forma a estancar a sangria populacional que ano após ano assistimos; -----

Considerando a não existência de transportes públicos capazes de garantir o direito à mobilidade já existente noutras zonas do País, nomeadamente nas áreas metropolitanas; -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ, reunida em Sessão Ordinária a 30 de Junho de 2020, delibera: -----

Recomendar ao Governo a adoção das seguintes medidas: -----

- 1) Abolição imediata das portagens nas SCUT do Interior A23, A24 e A25 para Residentes; -
- 2) Isenção de 50% das Portagens para todos os veículos; -----
- 3) Reposição das SCUT durante a Legislatura. -----

O Grupo Municipal do PCP na Assembleia Municipal da Covilhã -----

Nota: A ser aprovada, esta Moção deverá ser enviada para o Senhor Primeiro Ministro, o Senhor Ministro das Infraestruturas e o Senhor Presidente da República.” -----

- Colocada à votação, a **Moção Portagens** foi **aprovada, por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, PCP, IND) e 4 abstenções (CDS e PSD)**. -----

Não votaram a presente Moção 11 Membros Municipais por se encontrarem ausentes do Auditório, tendo só sido possível identificar o Membro Municipal Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP) nesta circunstância. -----

Foram feitas as seguintes declarações de voto: -----

- **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**: “Para ficar registada em ata a declaração de voto do PSD, não por oposição às medidas propostas, mas também pela mesma razão que o PCP nesse caso até votou contra a nossa pelas políticas partidárias metidas no meio.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (PCP)**: “A recomendação é: Isenção para residentes; 50% para todos; e reposição das SCUT até ao final do ano. Isto é aquilo que defende a plataforma conjunta que reúne sindicatos, empresários, comissões de utentes que nem tinha nada de considerandos político-partidários.” -----

- **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**: “A bancada do Partido Socialista votou favoravelmente a moção apresentada pela CDU porque concordamos com todas as medidas que venham desonerar ou até extinguir o pagamento de portagens na A23, na A24 e na A25. Essa é uma posição de facto independentemente de uns serem do partido e outros de serem doutro partido. Concordamos com qualquer medida ou qualquer moção que defenda a diminuição do preço das portagens ou até a sua extinção.” -----

“**Moção** -----

Pela Implementação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco na Administração Local -----

A atual situação que vivemos, veio evidenciar a importância dos serviços públicos e dos seus trabalhadores nas respostas às necessidades das populações. Diariamente milhares de trabalhadores da administração local asseguram os serviços essenciais às populações, salvaguardando a saúde pública, respostas sociais e a continuidade da qualidade de vida da população. -----

Na Administração Pública destacam-se os trabalhadores afectos à recolha de lixo, higiene urbana, água e saneamento, cujo desempenho de funções acarreta riscos inevitáveis para a saúde e a própria vida dos trabalhadores, independentemente do uso de equipamentos de proteção adequados, estando assim expostos ao risco que normalmente já decorre da sua atividade, sem qualquer tipo de compensação, acrescido agora de riscos adicionais particularmente agravados pelo perigo de contágio pelo novo coronavírus. -----

Importa esclarecer que a regulamentação e aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco é uma reivindicação antiga, além de muito justa e necessária, que ganha especial pertinência no contexto atual. -----

O Decreto-Lei n.º 53-A/98, de 11 de março, veio regulamentar as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade, além de outras formas de compensação em função das particularidades da prestação de trabalho nessas condições. -----

No entanto, este Decreto-Lei fixou o regime de atribuição deste suplemento apenas para a Administração Central, enquanto para as autarquias locais a respetiva regulamentação deveria ser efetivada no prazo de 150 dias. Tal nunca sucedeu e por isso estamos perante uma situação de flagrante injustiça. -----

Os trabalhadores da Administração Local continuam a executar funções suscetíveis de risco, penosidade e insalubridade sem que exista um reconhecimento dessa condição e sem qualquer compensação. -----

O suplemento de risco, penosidade e insalubridade e outras formas de compensação não representam qualquer benefício ou privilégio. São uma compensação decorrente da execução de atividades em condições penosas, insalubres e de risco, sendo a sua aplicação da mais elementar justiça e constituindo um direito dos trabalhadores nestas condições e um forte contributo para a dignificação do trabalho e dos trabalhadores -----

Assim, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida no dia 30 de Junho de 2020, delibera: -----

1. Saudar todos os trabalhadores do município da Covilhã que diariamente prestam serviços essenciais às populações; -----

2. Exigir do governo e da Assembleia da República a aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, aos trabalhadores da Administração Local. -----

Bem como, enviar -----

3 – A presente moção a Sua Exa o Sr Primeiro Ministro, a S. Exa a Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, a S. Exª a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e a S. Exa o Secretário dos Assuntos Parlamentares, -----

E, ainda -----

4 – A S. Exa o Presidente da República, aos Grupos Parlamentares, à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), à União Geral dos Trabalhadores (UGT) à Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e ao Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL). -----

Proponentes da moção” -----

- Colocada à votação, a **Moção Pela Implementação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco na Administração Local** foi a mesma **aprovada, por maioria, com 11 votos a favor (PCP, DNCCP e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Aldeia de S. Francisco, Orjais, Casegas e Ourondo e Peso e Vales do Rio) e 25 abstenções (PS, CDS-PP, PSD e IND)**. -----

Não votaram a presente Moção 7 Membros Municipais por se encontrarem ausentes do Auditório, não tendo sido possível identificar os mesmos. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: “Não sei se todos entenderam bem qual é que era o espírito da Moção. Ela foi aprovada efetivamente, mas era uma recomendação ao Governo para que o suplemento remuneratório de penosidade e risco que já existe na Administração Pública fosse estendido aos trabalhadores da Administração Local, legislação que nunca foi efetuada e que necessita de regulamentação. -----

Sinceramente não percebemos esta duplicidade das juras de amor aos trabalhadores da linha da frente e depois, no concreto, existem 25 abstenções para remunerar aqueles que estão expostos ao risco, à insalubridade e também aqueles que estão não só na pandemia, mas estão todos os dias na linha da frente.” -----

--- O Senhor **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que concordava com aquilo que tinha sido dito: “que devemos fazer política construtiva e com propostas e é precisamente por isso que trouxemos aqui uma moção, como já foi aqui apelidada até quase um programa do Governo para o concelho e para a região, e esperamos que seja aprovada nesse sentido. -----

Sobre o que também já aqui foi dito sobre a suspensão da democracia local em período pandémico: sim, pode ser necessário que estejamos todos a trabalhar para o mesmo bem comum, caminhando no mesmo objetivo, mas é importante que se oiçam todas as ideias, todas as divergências, todas as opiniões e todas as propostas que os grupos e os partidos têm para apresentar. -----

Como também já aqui foi referido e bem, o Senhor Primeiro Ministro ouviu os grupos parlamentares e todos os partidos. Aqui na Covilhã deveria ter sido feito exatamente a mesma coisa porque, se há tempo para reunir digitalmente com associações e juntas com sacos de voto do eleitorado, também havia tempo para ouvir os grupos e a Assembleia Municipal precisamente na mesma plataforma como muitas outras assembleias municipais pelo país fizeram que reuniram por via digital. -----

Em segundo lugar: o que temos assistido ao longo das últimas semanas com a fatura da água na Covilhã é um embuste para todos os Covilhanenses. -----

É um embuste porque desde 2013 que se promete a redução da fatura da água; que se diz que se vai a tribunal pôr queixa para se conseguir reduzir o preço; e, até hoje, não aconteceu precisamente nada. Promete-se e lançam-se comunicados da Câmara Municipal a anunciar uma redução de 50 % da fatura aos Covilhanenses e a verdade é que vamos ver o despacho do Senhor Presidente da Câmara e essa redução de 50 % é só para famílias carenciadas e até um máximo de 10 euros. -----

Portanto, estamos aqui a ser enganados recorrentemente. Temos um problema grave no concelho e não interessa aqui sacar responsabilidades. O que esta Assembleia tem que discutir é como inverter esta tendência e o Partido Socialista também deve discutir isso porque prometeu na campanha eleitoral reduzir o valor da fatura da água, coisa que até hoje não aconteceu e devemos sim todos, como foi aqui dito, contribuir para o bem comum. -----

E, já agora, uma sugestão neste tipo de âmbito: a Câmara Municipal celebrou protocolos com todas as IPSS's para oferecer 200 euros para apoiar no consumo da água. Acho que não se pode comparar um lar a um centro de dia. Nesta proposta da Câmara Municipal não é tida em conta nem a dimensão, nem o valor ajustado à realidade de cada um dos casos. 200 € não pagam nem 1/3 da fatura de um lar médio do concelho. -----

Para terminar, um grupo de cidadãos pediu-nos que viéssemos aqui manifestar o que aconteceu na Rua do Rodrigo (na transversal imediatamente abaixo do farol) que, desde dezembro até dia 1 de junho, tinha água a verter em plena rua. Os cidadãos foram falar com as Águas da Covilhã. Das águas disseram que iam falar com a Câmara. Quando foram falar com a Câmara, a Câmara disse que isso não era nada com eles e que era com as Águas. Só foi resolvido o problema agora muito recentemente no dia 1 de junho. Estiveram 6 meses praticamente com uma rua plenamente inundada. Um problema grave que me parece para todos nós.” -----

De seguida procedeu à leitura de uma proposta de Voto de Louvor a Mário José Parreira Pereira que, a seguir, se transcreve: **(Doc.14)** -----

“VOTO DE LOUVOR A MÁRIO PEREIRA -----

O Partido Social Democrata propõe um voto de louvor a Mário José Parreira Pereira, jovem covilhanense de 29 anos, licenciado em Engenharia Informática pela Universidade da Beira Interior, mestre pela Universidade do Porto e doutorando na mesma área pela Universidade da Paris-Sud. -----

Mário Pereira é o primeiro português da sua área a vencer a bolsa de investigação europeia “Marie Curie”. Financiada pela União Europeia, este estímulo à investigação científica representa um montante global de 147.815,00 € para dois anos de contrato. Este dinheiro provém do orçamento da própria EU, sendo que o jovem covilhanense tem direito a esta bolsa depois de um concurso muito competitivo a nível europeu. -----

Ainda assim, vê-se confrontado com o estrangulamento do regime maximalista português, que lhe taxa cerca de 60 % do salário entre a faculdade e o estado, quando poderia contribuir a outro nível para a elevação da ciência portuguesa a outros patamares. -----

Neste sentido, o grupo municipal do Partido Social Democrata propõe um voto de louvor a Mário José Parreira Pereira. -----

A bancada do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã, -----

Hugo Ferrinho Lopes, -----

José Sardinha.” -----

Colocado à votação, o **Voto de Louvor a Mário José Parreira Pereira foi aprovado por unanimidade.** -----

--- A Senhora **Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que concordava com aquilo que disse o Membro Municipal Eng.º Hélio Fazendeiro relativamente à Central Nuclear de Almaraz. -----

De seguida, fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 15)** –

“Exmos senhores -----

Presidente da mesa -----

Elementos da mesa -----

Presidente da câmara -----

Vereadores da câmara -----

Deputados municipais -----

Presidentes de junta -----

Senhores jornalistas -----

Covilhanenses -----

Há muitas realidades nesta pandemia, algumas muito esquecidas. E é destas realidades esquecidas que lhes venho falar, sobretudo em relação ao processo de desconfinamento a ser seguido – ou não – nos lares de idosos do concelho. O processo de encerramento dos lares ao longo destes meses, e que ainda se mantém condicionou todo o mundo dos idosos lá encerrados, muito deles incapazes de entenderem realmente o que se passava e porque é que não estavam a ter visitas da família de repente. Os lares transformaram-se numa espécie de campos de concentração de idosos e ficámos todos contentes a pensar que estavam seguros. –

Assisti nestes meses a mortes por tristeza. E pergunto-me se de facto, à custa de estarmos a querer proteger os nossos mais velhos, não estaremos a matá-los de outra forma. O agravamento de muitas condições neurológicas prévias ao longo deste processo veio confirmar o que todos sabemos: os lares não estavam preparados para a pandemia, e se calhar não estão preparados para ter lá idosos doentes_ como alguém disse, os lares não são hospitais. -----

Talvez devêssemos usar esta pandemia para repensarmos que tipo de apoio estamos a dar a estes mais velhos que não são considerados muito interessantes, porque não votam, mas que foram quem fez o 25 de abril, os vários primeiros de maio e as múltiplas manifestações que os partidos parecem gostar tanto. Velhos esses que seguramente esperavam mais de quem nos governa. -----

Não vou propor nenhuma moção – já estou cansada de propor moções e de me garantirem que está tudo fantástico, que o concelho é cor de rosa e que vamos todos ficar bem e portanto as minhas moções não são necessárias – mas não está tudo maravilhoso. Neste aspecto dos idosos do concelho eu diria que está tudo a precisar de ser avaliado e melhorado, arranjando soluções que permitam que as pessoas se possam manter mais tempo nas suas casas e reduzindo a população dos lares para aqueles que verdadeiramente lá querem estar. E lembrar à câmara municipal que estes idosos, que não votam, também são munícipes e também precisam que a câmara se lembre deles, e que garanta que de facto, neste processo em que as famílias não têm acesso, estão a ser todos tratados com a dignidade que merecem.” -----

--- A Senhora **Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 16)** -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----
Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, -----
Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----
Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, -----
Senhores Vereadores, -----
Representantes dos órgãos de comunicação social -----
Senhoras e Senhores Munícipes -----

De vez em quando, especialmente quando vira a década, desaba sobre nós a frieza dos números relativos à população na Beira interior. Desta vez, foi o Jornal do Fundão que lançou o alerta na passada semana: em apenas oito anos, e segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a Beira Interior perdeu 32.490 dos seus residentes. No ano de 2011, tinha 353.480 habitantes e, em 2019, contava 320.990. O caso da Covilhã é, neste artigo, mencionado como aquele que mais população perdeu, dado que, aqui, a perda populacional atingiu 4409 pessoas, passando de 51.196 pessoas, em 2011, para os 46.787 em 2019. -----

Se as políticas de austeridade impostas pela Troika são apontadas por aquela publicação como a razão para a necessidade de os portugueses terem sido obrigados a procurar longe daqui melhores condições de vida, também é realçado que, sem medidas radicais para conter o êxodo para os centros urbanos, “a sangria dificilmente será estancada”. -----

O problema assume tal gravidade para o todo do país, que o atual Governo criou mesmo um ministério para a Coesão Territorial, com duas secretarias de Estado, uma para o Desenvolvimento Regional e outra para a Valorização do Interior. Não sei se o estrago feito ao longo de décadas de abandono do Interior, pelos sucessivos governos, ainda tem recuperação. São cada vez mais notórias as diferenças entre um litoral dinâmico e um interior rural de baixa densidade, demograficamente regressivo, assente num pequeno conjunto de cidades médias e pequenos centros urbanos que amarram e organizam o território. -----

Recentemente, em tempos de pandemia, as regiões do interior surgiram como porto de abrigo para muitos filhos da terra, que procuraram melhores condições no litoral. Pelo que foi possível apurar, através de trabalhos jornalísticos que fizeram a cobertura desse pequeno êxodo invertido, muitos reconheceram os aspetos positivos da vida nestas áreas, mas muito poucos decidiram ficar por cá. -----

É cada vez mais urgente que o país compreenda que a redução das disparidades, mais do que um benefício para as populações do interior, é a forma de alcançar um país mais equilibrado, sustentável e, logo, menos dependente das importações. A cooperação e solidariedade entre as regiões aproveita a todos, pelo que as populações do litoral devem fazer um esforço nesse sentido. -----

Por tudo isto, o CDS-PP relembra a recomendação aos órgãos autárquicos – executivo e assembleia municipal feita no ano 2019: -----

- **que se promova o levantamento dos grandes desafios que se apresentam ao nosso Concelho, se estimule a respetiva discussão pública, e se estabeleçam estratégias de adaptação por antecipação, bem como uma gestão adequada da transição para modelos de desenvolvimento sustentáveis, assentes nas dinâmicas institucionais e socioeconómicas locais e também nacionais, para que, daqui a vinte anos, a Covilhã não seja apenas um fantasma do passado.** -----

Muito obrigada. -----

A representante do Grupo Municipal do CDS, -----

Graça Castelo-Branco” -----

--- O Senhor **Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 17)** ---

“Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã -----

Provavelmente poderei imaginar que V^a. Ex^a, fique um tanto ou quanto instalado num pequeno labirinto, sem saber o que pensar ou responder (o que até posso compreender...), com a proposta que venho apresentar nesta Assembleia. -----

Trata-se de um binómio entre duas questões que na minha opinião fazem sentido na actualidade e que bem estruturadas, com um modelo arrojado, têm cabimento, não só porque socialmente são compreensíveis, mas também no plano de trazer ao concelho, designadamente às micro e pequenas empresas, uma ferramenta financeira inovadora. -----

Vamos então ao que interessa: -----

A nossa factura mensal do consumo de água doméstica e nas actividades económicas, o que na verdade encarece o preço das facturas mensais, são as elevadas taxas praticadas pela ADC, designadamente aplicadas ao tratamento de resíduos, ao tratamento de esgoto e saneamento básico, à manutenção das condutas das águas pluviais e de dos resíduos sólidos, etc... -----

Na minha opinião o que faria sentido era a redução imediata destas taxas, contudo admito que não esteja nos seus horizontes tal medida, embora chamo à atenção que elas na actualidade económica, representam um enorme esforço para as famílias e para as actividades económicas do concelho. -----

O que proponho, no caso de não redução das taxas, é a criação de um fundo de investimento municipal, com uma verba na ordem dos 5%, oriunda destas mesmas taxas e até reforçadas com a redução do valor que o Município paga a assessores e outros, assim como com a totalidade das taxas aplicadas com a colocação dos contadores que pagamos à ADC -----

Suponho que compreenda o alcance de um fundo municipal, trabalhado com a banca comercial, num acordo inovador, em que as famílias e as actividades económicas que atravessam dificuldades, pudessem recorrer numa via simplificada, a empréstimos financeiros de médio prazo, em que os respectivos juros seriam da responsabilidade do fundo de investimento municipal. -----

Para mais esclarecimentos, do nosso lado o canal fica aberto e se entender que faz sentido uma nova engenharia que facilite a vida das pessoas que por cá vivem, pois bem, cá estamos para o apoiar, trazendo à discussão experiências internacionais que com sucesso têm dado provas da sua utilidade. -----

Francisco de Almeida Lino -----

Deputado Municipal” -----

Concluiu a sua intervenção dando nota do porquê da sua abstenção no Voto de Louvor aos Profissionais e a todos os envolvidos na luta à pandemia. -----

“Quase todos os dias oiço votos de louvor e francamente fico um bocado estupefacto devido à trapalhada do sim, do não e do não que temos vindo a assistir desde o início desta pandemia do uso de máscara. Tem sido uma trapalhada de todo o tamanho e que, infelizmente, a nossa governança não tem tido (finalmente começa a ter) algum “juízo”, mas o povo português, esse sim, tem sido realmente da linha da frente em termos europeus e em termos nacionais e tem sido um exemplo que eu gostaria de frisar. Daí o meu voto de abstenção.” -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou a “Moção de Apoio à Conclusão da Estrada Unhais da Serra / EN 338 (Nave de Santo António)” que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 18)** -----

“MOÇÃO DE APOIO À CONCLUSÃO DA ESTRADA UNHAIS DA SERRA / EN 338 (NAVE DE SANTO ANTÓNIO)” -----

Alfredo Marques dos Santos, Padre de formação e empresário de vocação foi uma figura proeminente na vida de Unhais da Serra. A ele se deve a construção de uma fábrica de lanifícios, ao tempo e ainda hoje, tecnologicamente avançada, que inaugurou em 25 de Abril de 1930. ---

Entre 1930 e 1940 construiu uma barragem a que deram o seu nome, ligada por um sistema de canais a quatro Centrais para produção de energia elétrica. Construiu, também, uma estrada que ligava as centrais, os canais e a barragem e que hoje liga Unhais da Serra à estrada 388 (Nave de Santo António) que, por sua vez, liga as cidades de Covilhã e Seia, passando pela Torre, sendo também o percurso mais curto e convidativo para aceder à Vila de Manteigas. -----

Em 1998/1999 a Câmara Municipal da Covilhã procedeu à requalificação da estrada, ficando por asfaltar, devido a questões técnicas, cerca de 2000 metros junto a um canal. -----

Em 2 de junho de 2002 foi estabelecido o contrato programa n.º 1914/2002 que visava a requalificação de acessibilidades na Serra da Estrela, classificando como prioritário o arranjo dos dois quilómetros em falta, pois constituía-se como uma importante alternativa ao acesso da Covilhã às Penhas da Saúde e à Torre. -----

Por outro lado, qualquer cidadão minimamente atento, dá conta das dezenas de carros que, hoje, transitam entre a Nave de S. António e Unhais da Serra, particularmente aos fins-de-semana, utilizando a estrada que continua por arranjar, junto ao canal, na dita extensão de aproximadamente 2 km. -----

Acrescenta-se o enorme descontentamento existente entre os Unhaenses pois não só esperam como desesperam há mais de duas décadas pela conclusão desta obra que consideram ser fundamental para o seu desenvolvimento económico, cultural e social, naquilo que à atividade turística diz respeito. -----

Neste contexto, a Assembleia Municipal da Covilhã delibera: -----

- Reafirmar a importância que a conclusão da obra da estrada para Unhais da Serra e para o Sul do concelho; -----
- Solicitar que a Câmara cumpra o seu dever para com Unhais e para os Unhaenses, considerando a obra como prioritária, assumindo, publicamente, um horizonte temporal para a sua conclusão. -----

Covilhã, 30 de Junho de 2020 -----

António João dos Reis Rodrigues (De Novo Covilhã)” -----

Colocada à votação, a Moção de Apoio à Conclusão da Estrada Unhais da Serra / EN 338 (Nave de Santo António) foi aprovada, por maioria, com 2 abstenções dos Membros Municipais Dr. José Paulo Pina Simão (PS) e Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa) e os votos a favor dos restantes membros municipais. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa):** “Não tenho nada contra a estrada de Unhais que está a ser aqui falada neste caso. Não pode é ser só essa prioritária, daí a minha abstenção. Prioritária é também a 506 de Peraboa. -----

Estaria a ser incongruente com a população de Peraboa dizer que essa é mais prioritária do que a outra.” -----

--- De seguida e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, o Membro Municipal **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 19)** -----

“Questões -----

1. Sede social da Associação de Reformados de Unhais da Serra. -----

Como é do conhecimento de V. Excelência a Associação de Reformados de Unhais da Serra tinha, por protocolo realizado com a junta de freguesia, a sua Sede Social e uma biblioteca com largas centenas para não dizer milhares de livros que encerram, em si, muito da nossa cultura, nas instalações que o senhor mandou desocupar, para ali alojar o posto da GNR. -----

A questão que formulo é se nos pode informar se já encontrou espaço alternativo para instalar a Associação e a Biblioteca? -----

2. Clube de Caça e Pesca de Unhais da Serra. Como está o processo de requalificação do imóvel adquirido pela Associação há mais de uma década destinado à sua sede social. Chegou ao nosso conhecimento que em tempos houve reuniões feitas e outras agendadas com o então vereador das Freguesias. -----

3. Verão. Época dos fogos. Pode dar-nos uma panorâmica, ainda que abreviada, do dispositivo que certamente tem montado, para que todos possamos encarar a situação com tranquilidade.

4. Desmatção. A nível do concelho existiram ou ainda existem muitas situações de incumprimento, relativamente à limpeza das florestas, em especial próximo das casas? -----

5. Bombeiros. Os nossos valiosos Soldados da Paz têm tido da sua parte e da Câmara que dirige o apoio que necessitam? -----

6. Posto da GNR de Unhais da Serra. Ponto da situação -----

7. Delegação de competências. Recordar que em determinada altura, a propósito da delegação de competências, alertámos para a discrepância que iria existir no número de efetivos de Bombeiros e na área de operacionalidade se a coordenação ficasse dependente das comunidades intermunicipais, nomeadamente entre as Comunidades da Beira Baixa e da Beiras e Serra da Estrela. -----

Muito embora o senhor ministro Eduardo Cabrita, na altura, tenha afirmado que era assim e ponto final e que parecia que se tratava de um incêndio administrativo, emendou a mão e deixou as coisas como estavam. -----

A este propósito lembrar um dos maiores estadistas da minha geração senão mesmo o maior: Mário Soares que numa das suas tiradas afirmou que *só os burros não mudam*. Muito bem senhor ministro, fica o meu respeito e consideração.” -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)**, após os cumprimentos feitos, disse continuar “a assistir àquilo que é o pináculo de demagogia que o PSD e as forças da Direita, neste momento, têm na Covilhã relativamente à questão do preço da água. -----

É absolutamente incrível sabermos que os contratos que hoje existem com o grupo AGS, havendo um contrato da venda das águas da Covilhã também ao grupo AGS, foi protagonizado por uma Câmara do PSD (aprovado por uma maioria do PSD na Assembleia Municipal) e, hoje em dia, entendem que o preço da água é caro. -----

Esse preço da água é determinado por contratos que eles próprios elaboraram e que vêm ao encontro até da intervenção que fez aqui a Senhora Deputada, também relativamente à questão populacional, por exemplo o contrato que prevê que no último ano da concessão a Covilhã tenha 70 mil habitantes e, tenha ou não tenha, todos vão ter que pagar o saneamento correspondente aos 70 mil habitantes. -----

Isto é absolutamente demagógico e depois a demagogia termina ainda dizendo “não interessa sacar responsabilidades”! -----

Quem foi o responsável por isto? Isso a gente não vale a pena falar! -----

Tenham vergonha em virem falar do preço da água que é determinada em função dos contratos que o partido de V. Excelências fez com os privados. -----

Disse.” -----

--- A Senhora **Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 20)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da AM da Covilhã, -----

Exmos. Senhora e Sr. Secretários da mesa, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmos. Senhores vereadores e senhora vereadora, -----

Exmos. Senhores da proteção civil e colaboradores da CMC -----

Exmos. Senhoras e senhores Presidentes de junta, -----
Exmos. Senhoras e senhores deputados municipais, -----
Exmos. Senhores da Comunicação social, -----
Exmos. Senhores e senhoras presentes na plateia, -----
Caros Covilhanenses, -----

Regressamos, em presença, ao debate público da vida municipal. Após as incertezas vivenciadas, por todos, nos últimos meses, hoje estamos aqui reunidos para analisar a situação financeira do município, entre outros assuntos de elevada importância. -----

Mas, eu gostava de começar por aqui, pela situação financeira do município. -----

E para os munícipes, que foram acompanhando as notícias do município, pela comunicação social (e gostaria de deixar aqui a referência aos media e ao jornalismo que foram fundamentais neste tempo de confinamento), todos ficámos a saber, anunciado pelo Senhor Presidente da Câmara, que, novamente e consecutivamente no seu mandato, a Câmara conseguiu reduzir a dívida. Não falamos de uns tostões: foram 7 milhões de dívida reduzida, sobretudo aos credores, aos bancos. -----

E em resposta a quem quer deturpar a leitura dos resultados das contas de gerência, invertendo os factos de uma taxa de execução orçamental que ultrapassa os 80%, querendo parecer que a Câmara investe pouco, ou quase nada: -----

A Câmara não só soube precaver-se em relação à pandemia, tomando opções acertadas e tentando estar um passo à frente do que pudesse suceder, como não esteve parada. Não, andou no terreno, continuou o seu trabalho, com limitações, é claro, oriundas dos acontecimentos pelo qual estávamos a passar no mundo inteiro. -----

A Covilhã não parou, as obras municipais não pararam, os munícipes continuaram a ter as respostas necessárias durante estes tempos, que foram os mais difíceis e imprevisíveis do nosso tempo. -----

- As obras não pararam, mesmo com limitações, mesmo com a falta de materiais, que pudesse existir, mesmo com os contratemplos existentes, desde às mais pequeninas, que às vezes não se vêm, ou que alguns não vêm: -----

- O MUSEU DA CIDADE, que agora está pronto, local de cultura, digo de promover os mais variados eventos culturais; -----

- O Parque infantil do Dominguizo, que revela bem que o investimento na educação é primordial para as crianças e famílias do concelho; -----

- Ou a requalificação de outros espaços nas escolas do concelho; -----

- O Centro de Inclusão Social, que acaba de estar, também ele, concluído; -----

- As obras que não pararam no futuro centro de incubação e empreendedorismo; -----

- As Obras no Centro de Inovação Cultural, a obra que marcará, não o mandato! Não, que marcará a Covilhã dos próximos tempos, do futuro da cidade e da região, no que à cultura diz respeito. -----

- E, ainda, o miradouro da Varanda dos Carqueijais, ponto turístico que abre as portas para a Serra da Estrela. -----

Portanto, o compromisso da Câmara para com os covilhanenses está a ser cumprido e mais, está a ser cumprido face a toda a situação, face aos impedimentos e dificuldades. -----

Que esta tem sido a melhor gestão: os resultados falam por si. Quando perante as adversidades a preocupação é o bem-estar da população, conseguem-se grandes feitos, como investir, sem colocar em causa a sustentabilidade do município e mais: a sua CREDIBILIDADE, a sua autossuficiência, não comprometendo o futuro. -----

Mas existem outras obras, nomeadamente, reparações, requalificações de estradas, por exemplo na Vila do Carvalho, não vou aqui estar a ser exaustiva, apenas dizer que a Câmara continuou o seu trabalho, o seu dever. -----

E outro, não menos importante investimento e que se reflete no dia-a-dia dos colaboradores do município: -----

A aquisição de maquinaria e equipamento para a Câmara Municipal poder trabalhar! -----

PORTANTO, CADA EXECUTIVO FAZ AS SUAS OPÇÕES, FAZ A SUA GESTÃO, TODAS ELAS PASSÍVEIS DE SEREM CRITICADAS E ESCRUTINADAS, MAS UMA COISA É CERTA: -----

- UMA CÂMARA QUE NA SUA GESTÃO, HERDANDO UMA DÍVIDA ASTRONÓMICA, E QUE CONSEGUE INVESTIR NA AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL, NA CONSTRUÇÃO DE PATRIMÓNIO MUNICIPAL, FORMANDO CAPITAL FIXO, BENS DURADOUROS E AINDA CONSEGUE DIMINUIR A DÍVIDA EM 7 MILHÕES, ESTE É UM FACTO QUE PODE FAZER (NÃO QUERIA SER DEMASIADO FRANCA NAS PALAVRAS QUE VOU UTILIZAR) PODE CRIAR “COBIÇA” AOS OLHOS DE MUITA GENTE. -----

A oposição faz uso do preceito jornalístico de que “notícia é quando o homem morde o cão” e não o contrário. -----

Fazendo uso do ditado popular: “Quem quer bater pau acha.” -----

MUITO OBRIGADA PELA ATENÇÃO.” -----

--- O Senhor **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)**, após cumprimentar todos os presentes, apresentou a Moção intitulada por “Salvar centenas de MPME: primeiro passo para retoma económica de que o concelho da Covilhã precisa” que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 21)** -----

“Moção -----

Salvar centenas de MPME: primeiro passo para retoma económica de que o concelho da Covilhã precisa -----

Só quem não conhece a realidade nacional é que poderá ficar surpreendido com a situação de grande aflição por que passam muitos milhares de pequenos empresários e as suas famílias. O surto epidémico que atinge o País e o mundo, veio expor ainda mais e de forma brutal, as muitas fragilidades e problemas que atingem o tecido empresarial português. -----

Nestes meses, uma larga camada desses empresários ficou sem qualquer tipo de rendimentos face à suspensão das suas atividades, encerramento ou delimitação dos espaços onde as desempenhavam, ou ainda pelo desaparecimento ou significativa redução da procura e de clientes. -----

O Governo avançou com algumas medidas de apoio aos MPME, mas que são claramente insuficientes e limitadas. Mais grave ainda é que muitos destes empresários foram excluídos de qualquer apoio. Ou porque tinham situações por resolver ou em resolução perante a Segurança Social, a Autoridade Tributária ou a Banca, ou na situação de milhares de sócio-gerentes que ficaram de fora dos critérios definidos pelo Governo, ou na exclusão do programa ADAPTAR de empresas em regime de contabilidade simplificada. -----

Os recursos que o País tem não podem ser usados para defender os lucros e privilégios dos grandes grupos económicos, mas sim para proteger rendimentos dos trabalhadores, dos reformados, mas também, dos milhares de microempresários e empresários em nome individual cuja actividade será também ela fundamental para recuperar e desenvolver o País. -----

O principal instrumento criado pelo Governo para o apoio às empresas foi o chamado regime de Layoff simplificado. Mas este regime está a servir sobretudo para apoiar as grandes empresas em centenas de milhões de euros. Ou seja, mais de metade das grandes empresas, muitas delas que tiveram centenas de milhões de lucros nos últimos anos foram apoiadas, ao passo que, no caso das micro empresas, apenas 7,4% obteve acesso e também no caso das sociedades empresariais, as microempresas apenas 25% destas sociedades acederem a este apoio do Governo. O mesmo aconteceu com os 850 milhões de euros que foram para o poço sem fundo do Novo Banco (ex-BES) e que tanta falta faziam ao País. -----

É indispensável e urgente dar resposta à grave situação das microempresas de natureza familiar e empresários em nome individual ou trabalhadores por conta própria, muitas com situações informais, vivendo de vários trabalhos parciais à comissão, da mediação, ocupados em serviço de proximidade, da construção civil à limpeza, do comércio local aos feirantes, dos explicadores às pequenas oficinas de reparação automóvel, entre tantos e tantos outros, que não conseguimos aqui enumerar. -----

Para a CDU exigem-se respostas, visando o levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos, a consagração do apoio financeiro aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes, a atribuição de um apoio mensal à tesouraria destas empresas, o assegurar de empréstimos a taxa

de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, a redução do preço da electricidade e dos combustíveis, entre outras medidas. Respostas que não podem continuar a esbarrar na lentidão e burocracia de uma máquina que está feita para apoiar os grandes grupos económicos e que se prepara para levar à falência e à pobreza, se nada for feito, milhares de micro, pequenos e médios empresários. -----

Responder agora e sem demoras aos seus problemas, é responder a uma parte significativa do tecido económico e que será fundamental para a retoma económica de que o país irá precisar. -

Assim, a assembleia municipal da Covilhã exige do Governo que se adotem medidas no sentido de: -----

- levantamento de todas as restrições colocadas aos MPME no acesso aos apoios já decididos (Layoff simplificado, programa ADAPTAR, etc); -----
- a consagração do apoio aos sócios-gerentes das micro e pequenas empresas equiparando-os ao regime de trabalhadores independentes; -----
- a atribuição de um apoio mensal ao rendimento de microempresários ou empresários em nome individual com um valor mínimo de €438,81; -----
- suspender este ano o Pagamento por Conta em sede de IRC e devolução dos valores em dívida às MPME decorrentes do já extinto Pagamento Especial por Conta - PEC; -----
- concessão de empréstimos a taxa de juro zero, com dois anos de carência e dez anos para amortização dos valores em dívida, sem recurso à intermediação da banca privada; -----
- a redução do preço da electricidade e dos combustíveis; -----
- apoio ao arrendamento não habitacional reflectindo na renda paga pelo MPME a quebra da actividade que foi verificada; -----
- criação de uma rede de contacto e apoio do Estado aos MPME visando assegurar o esclarecimento e orientação no acesso às medidas de apoio. -----

E decide ainda, enviar -----

A presente moção a Sua Exa o Sr Primeiro Ministro, a S. Exa o Ministro da Economia, a S.Exa o Secretário dos Assuntos Parlamentares, -----

E -----

A S. Exa o Presidente da República e aos Grupos Parlamentares -----

Proponentes da moção” -----

- Colocada à votação, a Moção “Salvar centenas de MPME: primeiro passo para retoma económica de que o concelho da Covilhã precisa” foi aprovada, por maioria, com 4 abstenções (PSD e CDS-PP (Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo e Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa)) e os votos a favor dos restantes membros municipais. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “É exatamente porque por não se tirar as coisas nas moções do PCP, que até têm bons princípios, mas depois estão perfeitamente contaminadas com ideologias e propostas perfeitamente anacrónicas com a realidade de hoje, que não se pode votar favoravelmente a algumas ideias que até podem ser aproveitadas. ----- Obviamente em consciência, nunca poderei aprovar que seja eliminada a iniciativa privada e o financiamento privado. Não podemos votar favoravelmente isto e, por essa razão, me abstenho.” -----

--- O Senhor **Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro)**, após cumprimentar os presentes, leu uma Recomendação à Câmara Municipal da Covilhã que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: (**Doc. 22**) -----

“**Junta de Freguesia do Ferro** -----

Recomendação à Câmara Municipal da Covilhã -----

Assembleia Municipal da Covilhã – 30 de Junho de 2020 -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, -----

Sr. Dr. Vítor Pereira -----

Os sectores da fruticultura, olival e da viticultura foram assolados por condições climatéricas extremas, de que não há memória recente. -----

Os nevões 31 de Março para o 1º de Abril, seguidos de duas geadas destruíram, em plena floração, grande parte do potencial produtivo da cereja e do pêsego. -----

A tempestade de granizo e vento de 31 de Maio culminou com a destruição de grande parte da fruta que tinha escapado às intempéries de Março e Abril. -----

Cereja, pêsego, nectarina, pera, maçã, ameixa, mirtilo, azeitona e uva foi, literalmente, um ar que se lhes deu! E não apenas para este ano: a gravidade destas intempéries foi tal que a destruição provocada vai-se repercutir nas produções dos próximos 2 a 3 anos... -----

Nas Freguesias do Ferro, Peraboa, Teixoso e Orjais o nível de perdas é enorme, chegando em muitos casos perto da totalidade da capacidade produtiva. -----

É, de facto, uma situação de que não há memória e que afeta largas dezenas de famílias que dependem diretamente dos rendimentos das suas produções frutícolas e vitícolas. -----

Desta forma. Sr. Presidente, somos a recomendar à Câmara Municipal da Covilhã que assuma um apoio direto e efetivo a estas famílias na forma de isenção temporária, pelo período de 3 anos, do IMI sobre as propriedades agrícolas afetadas por estas calamidades. -----

Este é um pequeno apoio a estas famílias mas, nestes momentos de extrema gravidade, qualquer apoio, por mais pequeno que possa parecer assume superior valor para as centenas de pessoas que viram o trabalho de um ano e as suas fontes de rendimento desaparecerem numa questão de minutos. -----

Esperamos, Sr. Presidente, que esta Recomendação seja bem e rapidamente acolhida, porquanto é premente a sua aplicação. -----

Ferro, 30 de Junho de 2020. -----

Paulo Cunha Ribeiro -----
Presidente da Junta de Freguesia do Ferro” -----

--- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)**, dirigindo-se ao Membro Municipal Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, referiu que “ninguém se deve esconder daquilo que aprovou no seu tempo ou aquele que votou favoravelmente. Nem me vou penitenciar sobre isso. -----

Mas também é preciso dizer que, passado 10 anos, podem retificar ou fazer um novo contrato e isso ainda não foi feito. -----

Na questão da fatura da água, o que está em causa nos valores que estão a pagar é que houve habitantes deste concelho com 3 meses de leituras por estimativa e outros com 4 meses. As estimativas não foram acompanhadas com aquilo que era o aumento do consumo de água, já que as pessoas estavam confinadas na sua habitação em maior número com maiores consumos. Depois, quando foi feita a leitura, apanhámos uma leitura exagerada em relação àquilo que é normal com um aumento de escalão e é isso que estamos a pagar. -----

O que deveria ter havido era uma correção do aumento daquilo que foi devido ao confinamento, não havendo aumentos de escalões porque, se não houvesse aumento de escalões, ninguém se estava a queixar daquilo que está a pagar pela água. -----

É inadmissível que quem paga à volta de 30 euros esteja a pagar 110 porque não houve esse ajuste! Portanto, não vamos aqui estar a esconder aquilo que está a acontecer neste momento com coisas do passado. Há tempo para renovar e é isso que está nas vossas mãos também.” ---

--- O Senhor **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**, ainda sobre o tema da água, perguntou: -----

“O PS tinha ou não tinha no programa eleitoral a redução da fatura da água? -----

Se tinha, até agora fê-lo ou não? -----

Não venham aqui acusar os outros daquilo que fazem que é demagogia e façam sim política.” --

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS)** perguntou ao Membro Municipal Doutor Hugo Ferrinho Lopes: -----

“Sabe o que é que não podemos ter nesta Assembleia? É uma coisa ainda pior do que aquela figura bíblica que condena e depois lava as mãos. Essa é mais ou menos a atitude em que tem estado o PSD na Covilhã. Fez e lava as mãos.” -----

--- Não havendo mais inscrições, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** passou ao período da Ordem do Dia. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – APRECIÇÃO DOS ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DAS MEDIDAS E CAPACIDADE DE RESPOSTA DA AUTARQUIA FACE À PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do Município – apreciação dos atos praticados no âmbito das medidas e capacidade de resposta da Autarquia face à pandemia da doença Covid-19 – que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. --

- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

- **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** referiu que “foram recentemente denunciadas publicamente as jogadas do Secretário de Estado da Juventude e Desporto – João Paulo Rebelo – que terá alegadamente intervindo junto dos presidentes de câmara do Partido Socialista no sentido de estes adquirirem máscaras, testes e produtos à empresa do seu ex-sócio. -----

Como bom aluno socialista e vencedor de vários prémios de mérito no compadrio e troca de influências, o Município da Covilhã, nestes meses e está disponível no Base.Gov, adquiriu os testes *Time Multiplex* no valor de 70 mil euros à empresa Quilaban do ex-sócio do Secretário de Estado da Juventude e Desporto do Partido Socialista. -----

O que pergunto a esta Assembleia é: como é esperado que o cidadão da Covilhã se sinta quando simultaneamente assiste a estas práticas há tantos anos e, também, há tantos anos que ouve falar na suposta dívida, na herança? -----

Apesar da herança que aqui temos e que não nos permite arranjar as estradas, as árvores, cortar a relva, os passeios, permite-nos perder empresas para o Fundão, permite-nos agora a discussão de pólos para o Fundão, permite-nos ver (como vimos agora nas moções) sobre as prioridades que ainda não estão feitas, o Parkurbis com um prejuízo anual de 70 mil euros, a ICOVI que, em 2013, tinha 1.6 milhões de lucro agora fica-se em 250 mil, as Águas da Covilhã com 6.6 milhões de dívida, ao mesmo tempo há tempo para adquirir 70 mil euros de testes à empresa ligada ao Partido Socialista, há dinheiro para aumentar a despesa em 2 milhões ao ano para incluir os primos, os pais, os tios, os maridos e as mulheres na Câmara Municipal, há dinheiro para tudo aquilo que interessa menos para aquilo que interessa ao cidadão que é resolver os problemas da sua vida! -----

A pergunta que deixo à Assembleia é: como se sentem nesta situação?" -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** propôs, por “ser mais vantajoso e mais rápido, que a Mesa chamasse o Deputado que é para intervir e dizer ao outro para se preparar junto à Mesa que é para não estarmos a perder tempo. Só no caminho perdemos quase o dobro do tempo. -----

Sobre a informação escrita e sobre o Covid, não posso deixar de referir que fico consternado de ver a fidelidade canina aplicável a algumas espécies que não à dos cães. -----

Quando se vem aqui dizer que a oposição é como o homem que morde o cão e não o cão que morde o homem, acho que é, de facto, no mínimo absurdo e ofensivo. Como se viu agora e até agora, quem precisa de açaimo não é a oposição, é a posição. É preciso percebermos que se tem de controlar nas intervenções e nas formas porque *quem não quer que não se ponha a jeito*. ---

E aqui, Senhor Deputado Nuno Pedro, tenho que lhe dizer: fica-lhe mal, enquanto Administrador da ICOVI que vende e define o preço da água, que não tenha feito nada, ao longo deste tempo que lá está, sobre o preço da água. -----

Sobre a questão da posição construtiva que o CDS tem e tem tido desde o início deste mandato e sobre a questão do Covid, tenho que aqui lembrar que em 20 de março, na última reunião que esta Câmara teve antes do confinamento, foram faladas e propostas pelo Senhor Vereador do CDS que se preparasse e começasse a pensar, porque era uma certeza, o desconfinamento.

Sugeri, inclusivamente e publicamente, que se constituísse uma comissão de trabalho com representantes dos empresários, dos trabalhadores, da Câmara e dos serviços públicos para se preparar aquilo que hoje estamos aqui à toa sem saber aquilo que andamos a fazer. -----

Da mesma forma que as outras propostas que, ao longo de três anos, têm sido apresentadas constantemente e com a credibilidade e a competência, como hoje (não posso deixar de realçar porque o tenho que fazer) a intervenção que a prof.^a Assunção Vaz Patto aqui fez sobre os idosos neste concelho, é claramente o exemplo desta positividade e desta posição construtiva que o CDS tem nesta Assembleia, claramente desconsiderada pelos órgãos próprios porque rigorosamente nenhuma das propostas que foram apresentadas pelo CDS são votadas, aplicadas e aceites. -----

Quem tem, de facto, que aprender a democracia não é a oposição; quem tem que aprender a democracia é quem está no poder. -----

Sobre o Covid e sobre esta informação escrita, apenas digo isto: não está o essencial. Está aquilo que é evidente que foi o de andarmos a correr atrás do prejuízo e porque continuamos a não ter nenhuma estratégia e nenhuma definição sobre o que temos que fazer efetivamente. -----

Esta informação escrita revela exatamente isso. -----

Tenho dito.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** disse ter ficado “surpreendido com a informação, no âmbito do Covid – 19, que a Câmara Municipal transferiu verbas para a CIMBSE. Concordei com a CIMBSE, mas confirma-se que, em vez do dinheiro chegar ao poder local, o poder local a financiar uma estrutura intermédia que foi criada para fundos comunitários e outras funções. Retirar competências à Câmara e meios para entregar à CIMBSE não me parece o caminho mais adequado e correto. -----

Registei como boa a abertura do concurso para os bairros sociais do Tortosendo, no âmbito da eficiência energética, mas depois não encontrei o resto da informação relativa ao Bairro da Biquinha, da Alâmpada, das Nogueiras e queria questionar o Senhor Presidente da Câmara para quando se prevê o lançamento destes concursos porque chegámos à conclusão que, no âmbito desse trabalho, será feita alguma requalificação das habitações. Tive conhecimento, por exemplo na Biquinha, e alguém me fez chegar um conjunto de fotografias das humidades existentes e, de facto, é de bradar aos céus e deixar os cabelos em pé. É fundamental, de facto, a importância desta intervenção para a resolução destes problemas nas habitações que são da responsabilidade da Câmara. -----

Aprovamos e registamos como positivo o arranque e a decisão para a revisão do Plano Diretor Municipal. Já vamos há quase 20 anos e, de facto, necessita de ser revisto. -----

A Câmara decidiu ratificar a atualização do tarifário da água, dos resíduos sólidos e saneamento para o ano de 2020. Fiquei na dúvida se esta atualização é uma revisão global do tarifário da água e talvez daí o aumento das faturas verificadas ou se isso se prendeu só com aquelas situações dos apoios às IPSS's no âmbito da pandemia. Que atualização da água é essa que não é conhecido do público este tipo de atualização? -----

Que acordo fez a Câmara com a RUDE em relação ao espaço que a RUDE ocupava? -----

A requalificação dos passeios urbanos na Avenida 25 de Abril – Bairro da Estação: sugeria que a Câmara mandasse elaborar um estudo técnico de mobilidade da cidade na sua globalidade, especificamente também desta zona da cidade que tem problemas específicos e que são conhecidos. -----

A questão da resposta aos requerimentos que apresentei a 5 e a 17 de maio, porque diz a lei que o Senhor Presidente da Câmara deve apresentar resposta para a sessão seguinte da Assembleia: não recebi qualquer resposta que tem a ver com a requalificação da estrada municipal do cruzamento de Unhais da Serra até às Pedras Lavradas. -----

As questões das juntas de dilatação da ponte do Paul, que traz tantas preocupações quer aos condutores, quer às pessoas que residem ali perto; a questão dos muros que derrocaram quer na área do Paul, quer na zona de Sobral de S. Miguel; -----

Para quando o início das obras de requalificação da estrada municipal da Erada? O início da pavimentação da ligação Casegas – São Jorge da Beira pelo Porsim? -----

A questão do caminho público para o Poço do Carvalhal – Freguesia do Ourondo que eu fiz um requerimento à Câmara no sentido de esclarecermos esta situação porque estamos ali na tentativa de privatizar um espaço significativo da ribeira. -----

Do Orçamento Participativo: quando disponibiliza as verbas para o campo de ténis do Paul? ----

E, quanto aos acordos de execução com as juntas de freguesia que preveem uma avaliação e relatório anual, perguntar se esse relatório anual tem sido feito, se tem sido apresentado à Câmara Municipal para apreciação e, se ele foi feito, solicitar que me faça chegar uma cópia pelo menos do último relatório anual que a Câmara Municipal elaborou.” -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá como integralmente reproduzida: **(Doc. 23)** -----

“Acerca da informação escrita do senhor presidente da câmara cumpre-nos comentar: -----

- 1 - Despacho 35/2020 de 16 de Abril. Autoriza a transferência de 24.960 € para a CIMBSE. A transferência destina-se a que a CIMBSE proceda à aquisição de equipamento de proteção individual para todos os municípios que integram a comunidade de acordo com as necessidades manifestadas por cada município, assegurando este a cobertura orçamental. Ou seja cada município paga à CIM o que encomenda -----

Pergunto a mim mesmo porquê transferir dinheiro para outra instituição para adquirir aquilo que necessitamos se nós o podemos fazer? -----

Terá sido por uma questão de economia de escala? -----

- 2 - Despacho 38/2020 de 4 de Maio. Determina a medida excecional e temporária de resposta à crise aplicável às IPSS, Lares e Centros de Dia do Concelho da Covilhã. Redução de 50% na fatura da água, até ao limite de 1000€. -----

Interrogo-me: porquê 50%? Por que não 40%, porque não 60%. Como se chegou a esta percentagem? Qual o motivo por que só as IPSS, Lares e Centros de Dia foram contemplados? E os comércios? E as empresas e as famílias? Afinal não estamos todos, da mesma maneira a passar a crise? -----

Terá sido pelo tipo de atividade que aquelas organizações praticam ou pelo impacto que a medida provoca na opinião pública? E continuei a interrogar-me. Se foi possível durante determinado período, bem limitado no tempo, o que impede o senhor Presidente da Câmara de alargar esse período ou até tornar a medida definitiva? -----

3 - Aplaudimos a parceria do Projeto a Par e Passo. Lembro, mais uma vez, que a comunidade cigana de Vale Formoso aguarda por apoio, nomeadamente naquilo a que estruturas básicas diz respeito. -----

4 - Confesso que quando cheguei aos autos administrativos e outras medidas no âmbito dos contratos públicos e comecei a ler a abertura de concursos que implicam a reabilitação de edifícios do Bairro Social do Tortosendo pensei nos bairros da Biquinha, Penedos Altos, Boidobra, Teixoso e Aldeia de Carvalho e disse para os meus botões que finalmente, as obras de recuperação vão começar. Pura ilusão. Os concursos dizem respeito, unicamente, a obras de reabilitação energética. -----

E se no caso da transferência de fundos para a CIMBSE pensei que era para conseguir escala com os outros concelhos, interroguei-me por que motivo, aqui, um montante de 1.193.000€ parece-nos ter sido decomposto em seis concursos. -----

Tudo bem. Não duvidamos nem só por um instante da capacidade técnica e da elevada formação ética e moral dos elementos que compõem o júri. Trabalhei, enquanto autarca, quase senão mesmo com todos. Há no entanto, uma sugestão que queremos deixar. -----

Quando existirem concursos que envolvam obras nas freguesias rurais, se a lei o permitir, que um elemento da freguesia integre o júri. Assim, os executivos tomarão, implicitamente, conhecimento das obras que a Câmara vai fazer nas suas freguesias. -----

Senhor Presidente. Qualquer Câmara, seja ele qual for, que vá a uma freguesia fazer obras sem dar conhecimento ao executivo ali democraticamente eleito, parece estar-lhe a passar um atestado de menoridade mental para não falar na falta de educação, respeito e consideração que o facto representa.” -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou solicitando “ao Senhor Presidente da Câmara que continue a fazer aquilo que prometeu.

Ou seja, prometeu aqui, há cerca de dois anos, que a E.M. 513 se iria resolver entre o Peso e Vales do Rio e a Coutada. Espero que isso venha a acontecer brevemente e que ainda se iniciem as obras no mês de junho. -----

Dizer também que, nesta época em que vivemos desta pandemia, todos trabalhamos em colaboração entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, as IPSS's, as associações. Todos quisemos contribuir para que o nosso concelho tivesse e continue a ser um concelho seguro, apesar de alguns casos que vamos tendo (como é evidente não estamos livres de nada). -----

As coisas começam-se a complicar agora e agora está na altura de tentarmos fazer mais alguma coisa. E, fazer mais alguma coisa é, se calhar, criar aqui uma comissão entre as juntas de freguesia, a Proteção Civil e a Câmara Municipal e tentarmos rever algumas medidas que têm sido feitas até agora. -----

Não venho criticar as opções que tiveram durante este tempo, nem as venho elogiar porque isso será feito para o ano nas eleições autárquicas e aí vamos todos ser julgados por aquilo que fizemos ou não fizemos durante este tempo. Disso ninguém tenha a menor dúvida. -----

Solicito apenas isso: que se crie aqui uma comissão entre todos e que aquilo que se fez com as IPSS's seja feito com as juntas de freguesia assiduamente porque, se não fosse o poder autárquico, Portugal estava pior do que aquilo que está. -----

Vimos um completo desgoverno; de pessoas de cabeça perdida que hoje diziam uma coisa e amanhã diziam outra. Faziam uma conferência de imprensa ao meio dia e ao outro dia diziam o contrário daquilo que tinham dito no dia anterior. A prova está que está aqui todos de máscara. A primeira coisa que nos disseram foi de que as máscaras não serviam para nada! -----

Apenas deixar esta reflexão e dizer que a pandemia ainda não passou. A pandemia vai começar. Espero estar enganado, mas é só ver o que está a acontecer em Lisboa e Vale do Tejo e o que está a acontecer no nosso concelho vizinho (mais dois casos no Fundão). As coisas não são como nos querem fazer parecer, que está tudo muito bem. Para mim, está tudo muito mal." -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro**, “não querendo fugir ao tema, partilho convosco uma reflexão: temo que esta pandemia tenha prejudicado mais a saúde mental do que a saúde respiratória de muitos de nós!” -----

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que esclarecesse uma série de questões. -----

“A respeito dos testes: conheço pessoalmente o Senhor Secretário de Estado João Paulo Rebelo e tenho por ele a maior consideração e estima e de certeza absoluta que não teve nenhuma intervenção naquilo que é acusado, como depois sequencialmente isso foi demonstrado. -----

Acho de uma baixeza tremenda tentar-se transportar isto para a Câmara da Covilhã. Desconheço em absoluto como era possível fazer-se esta ligação, mas repudio totalmente a acusação que lhe foi feita e é, de facto, de uma grande imaginação e grande maldade poder depois querer-se tentar associar este assunto à Câmara Municipal da Covilhã. -----

Sobre os testes, eu comentava, há tempos, com uns amigos de outras zonas do país que na Covilhã testámos professores e alunos. Testámos sectorialmente um conjunto de pessoas que, pelos vistos, não aconteceu no país. E ouvi muitos deles a queixarem-se da dificuldade que era a de arranjar testes que, aliás, acho que ainda hoje é difícil. Como foi possível a Câmara da Covilhã conseguir, juntamente com outras instituições, nomeadamente o Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira e a colaboração da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior? Como é que se dá este milagre de conseguirmos montar, num

tempo record, um centro de testes autónomo, exterior e com testes que é uma coisa extraordinária que, pelos vistos, estão muito escassos? -----

Senhor Presidente, esclareça-nos também em que medida é que o Município cumpriu, foi além ou ficou aquém daquilo que são as suas obrigações para com a comunidade. Estará nas competências do Município o fornecimento de EPI's às IPSS's, às forças de segurança, aos bombeiros, à Proteção Civil, às entidades de saúde? Faz parte das incumbências da Câmara, Senhor Presidente, ou foi uma determinação sua? -----

Faz parte das competências da Câmara, essa perspetiva antes da pandemia, auxiliar (e bem) as juntas de freguesia com uma verba excecional (curta de certeza absoluta, maior do que a Câmara podia porventura despende, mas garantidamente insuficiente para aquilo que são as necessidades das juntas de freguesia) num apoio de 2.500 euros para fazer face a despesas excecionais com a pandemia? -----

A atitude que a Câmara Municipal tomou, em relação aos estacionamento, inicialmente por forma de prevenção nas questões da saúde e agora, de acordo com a informação veiculada, como forma de incentivo e apoio ao comércio tradicional no centro da cidade, faz isso parte das obrigações da Câmara Municipal? -----

Fazem parte das obrigações da Câmara Municipal o conjunto de outros apoios, as isenções que têm sido dadas, nomeadamente aos comerciantes o programa de estímulo ao comércio tradicional e economia local? -----

Senhor Presidente, gostaria que falasse e explicasse a esta Assembleia em que medida é que a Câmara Municipal cumpriu as suas obrigações legais, mas sobretudo, do meu ponto de vista, foi substancialmente além daquilo que são as suas obrigações com reflexo direto nas suas populações. Eu ouvi muitos concidadãos nossos e outros no estrangeiro muito espantados quando viam a notícia que a Câmara da Covilhã ia distribuir máscara a toda a população e diziam-me alguns deles *aqui nem a comprar conseguimos acedê-las.* -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel** referiu não se reverem “na arruaça, na chincalhice, nas “fidelidades caninas”. Não é saudável para esta Assembleia e para a democracia. Vimos assistindo a isto por parte de alguns membros desta Assembleia que, quando vêm, querem transformar isto num pântano. -----

A propósito da questão da água, por exemplo, recordar que nessa Assembleia Municipal (ata 2/2008) é bom perceber como foi a discussão e como é que ela se passou relativamente à privatização de 49% do capital das Águas da Covilhã. Agora temos que lavar e desinfetar as mãos muitas vezes, mas há muita gente que lava as mãos há muito tempo. -----

O CDS estava presente nessa Assembleia. Não este CDS da arruaça, da chincalhice e da provocação. Estava presente através da Deputada Isilda Barata que mereceu, por parte da Assembleia, um voto de louvor da forma como se comportava e da forma como trazia os problemas concretos das populações a esta Assembleia Municipal e votou favoravelmente.

Portanto o CDS, enquanto partido, votou a alienação de 49% das Águas da Covilhã e é bom que não se lave as mãos! -----

Temos um problema em mãos para resolver e o PCP, na altura, disse-o. Temos a participação de 30% que, pelos vistos, não está contratualizada ou que não está registada, daí que é preciso resolver. -----

Temos a questão: porque é que o saneamento é uma coisa privada quando o investimento podia ter sido feito de forma pública? Temos isso para resolver aos munícipes do concelho da Covilhã e de certeza absoluta que não é lavando as mãos e com este tom que vamos conseguir resolver isso. -----

O PCP tem apresentado propostas concretas sobre esta matéria. É necessária uma discussão séria e é necessário debruçarmo-nos sobre isso para, efetivamente, mudar porque senão não mudamos absolutamente nada. -----

E este tom, por exemplo, dos testes, de vir aqui dizer com insinuações, ... não nos revemos nisto! Isto não resolve problema absolutamente nenhum para o concelho da Covilhã e para as pessoas.

Perguntas concretas: -----

- Apesar de existir a pandemia e de opiniões que ela está para começar, há também um desconfinamento existente no país. A lei é a mesma para todos e continuo sem perceber porque é que as piscinas privadas estão abertas e as piscinas públicas não, com regras, com rigor, com implementação de medidas de contingência. Aquilo que estamos a dizer é que, neste Verão, espaços de lazer podem ser acedidos por quem tem possibilidades de aceder a piscinas privadas e não podem ser acedidos por quem não tem possibilidades de ter a um valor mais baixo, mais acessível e no domínio público; -----
- Na Freguesia da Boidobra, a Junta de Freguesia assegurou as atividades de apoio à família durante algum tempo. Depois foi com a Comissão de Pais e com a Associação de Pais. Foi vista como seria a questão do ATL e das atividades de apoio à família e está aí o mês de julho e acabou recentemente o apoio aos pais para estarem a guardar e cuidar dos seus filhos. -----
Vai ou não a Câmara Municipal abrir os ATL's públicos, nomeadamente o da Boidobra que funcionava dentro da escola durante este mês de julho, como vinha acontecendo há muitos anos? Os pais, para além do problema de agosto em que nem todos conseguem tirar férias, vão ter o problema do mês de julho e o problema de agosto, para além de todos os problemas sociais e económicos que já têm; -----
- Não vimos na informação a questão da requalificação da habitação social do Bairro da Alâmpada, se o concurso foi aprovado, se a candidatura foi aprovada. Para quando essa requalificação?" -----

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Membros Municipais que iriam interromper os trabalhos às 13:30 horas para almoço. -----

- Concedida a palavra, o Senhor **Presidente da Câmara**, após saudar todos os presentes, iniciou a sua intervenção agradecendo à Universidade da Beira Interior, na pessoa do Senhor Reitor, pela cedência do auditório que permitiu a realização da Assembleia Municipal em condições de segurança. -----

Seguidamente, referiu que “o trabalho dos autarcas não se agradece. Ou se saúda ou se critica. Quem agradece ou não é o eleitorado quando faz o seu julgamento e fá-lo normalmente de 4 em 4 anos. -----

Uma saudação muito especial a todos quanto estiveram na linha da frente: aos profissionais de saúde, aos bombeiros, às polícias, aos militares, às IPSS's. -----

As IPSS's tiveram aqui um papel relevantíssimo. Espanta-me como é que dois profissionais de saúde, que já ouvi aqui falar, têm um desconhecimento tão cabal de como funciona uma IPSS e designadamente um lar. É de uma ignorância atroz. Lá dizia o Professor Abel Salazar que quem só sabe medicina, nem medicina sabe. Isto para dizer o seguinte: as IPSS's tiveram um papel fundamental na contenção de casos no nosso concelho. -----

Fomos o primeiro município de Portugal a reunir todas as IPSS's. Para quê? Para aprendermos todos com humildade uns com os outros e não com a jactância e com a pesporrência académica vir aqui ao púlpito ditar bitaites. Frente a frente, olhos nos olhos, cada um disse o que estava a fazer, o que queria fazer e como queria fazer. Foi uma reunião extremamente profícua e que se replicou durante todo o período até à presente data porque, como já foi aqui referido, isto ainda não acabou. De semana a semana estávamos ali e agora já estamos no ritmo quinzenal, dado o facto de que as coisas abrandaram um pouco. -----

Isto é o que é estar atento aos problemas. É antecipar. O que fizemos foi antecipar. Tivemos a sensibilidade e a perceção, face às informações que fomos recolhendo de quem sabe destas matérias, que o grande foco eram os lares. Obviamente que também poderia haver nas escolas e nas universidades, mas os lares eram os que tinham que ser, efetivamente, atacados e aí foi a nossa principal preocupação.” -----

Referiu que, no início, não havia máscaras e que estava à espera que, na presente sessão, “viesses falar do preço das máscaras que adquirimos para entregar aos lares. Essa sim. Foram a um preço muito caro porque não havia no mercado e era preciso pagá-las muito caro, mas felizmente não foi uma quantidade tão grande quanto as que distribuimos à população. -----

Quanto aos apoios às IPSS's e falando da água, já aqui ouvi uma imprecisão. O desconto na fatura é à água, ao saneamento e aos resíduos que corresponde a 50% do valor e tem como teto 1.000 euros e não 200 como foi aqui dito. Só excluimos dessa ajuda os três lares privados que operam no nosso concelho. -----

Estivemos na linha da frente também com os testes. Durante 8 dias, em nome dos colegas de Belmonte e do Fundão, conjuntamente com a Senhora Dr.^a Conceição Faria (patologista do Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira) e a Senhora Prof.^a Sílvia Socorro, também com a ajuda prestimosa do Presidente do Instituto Ricardo Jorge de quem tenho o privilégio de ser amigo, andámos a ver de testes. Inicialmente havia testes a preços brutais. -----

Fomos chumbando. Fomos pondo de parte. Quem, de facto, sugeriu à Câmara Municipal que comprasse aqueles testes foram a Senhora Dr.ª Conceição Faria e a Senhora Prof.ª Sílvia Socorro. Isto para quem quer lançar lama na ventoinha acaba por levar com ela e errar o alvo! Quer a Senhora Prof.ª Sílvia Socorro, quer a Senhora Dr.ª Conceição Faria são cidadãs honestas, probas, acima de qualquer suspeita e são apenas técnicas especialistas nestas áreas e foram elas, efetivamente, que nos aconselharam. Ainda bem que isto não ficou por conversa porque foi sempre documentado, através de mails, que foram enviados para mim, sempre com o conhecimento ao Dr. Júlio Costa. -----

Fico, no mínimo, chocado com a leviandade e a ligeireza com que se vem aqui para se ter um som de vaidozito na Comunicação Social, vêm aqui querer enlamear o Secretário de Estado, atirar um bocadinho dessa lama ao senhor Presidente da Câmara, esquecendo-se de como se fazem as coisas, como as coisas foram tratadas, como as coisas foram feitas. -----

Aliás, o meu colega do Fundão, que esteve sempre a par do processo, em jeito de brincadeira dizia: *os nossos testes são testes Frankenstein* porque foram adquiridos nuns reagentes num lado e noutros reagentes no outro. Porque era onde havia. Foi onde a Prof.ª Sílvia Socorro e a Dr.ª Conceição Faria os conseguiram localizar e foram adquiridos exatamente aqueles que elas sugeriram e sugeriram bem, tanto que já foram todos consumidos.” -----

Informou que a Prof.ª Sílvia Socorro lhe tinha comunicado, há uma semana, que os testes tinham acabado e que precisavam de mais. “Na sequência dessa mesma conversa e ainda hoje mesmo já estive à fala com o meu colega Paulo Fernandes porque foi a Câmara da Covilhã que adiantou o dinheiro relativamente a estes testes, não obstante tratar-se dos três municípios, e agora serão eles a chegarem-se à frente e a fazermos acertos de contas. -----

Se vão ser adquiridos ao mesmo laboratório ou a outros laboratórios, é uma coisa que me é perfeitamente indiferente. Nada tenho a ver com isso. O que eu quero é que eles sirvam um propósito: que diagnostiquem, que ajudem a salvar vidas e a manter a saúde dos nossos concidadãos porque é esse o objetivo que nos move.” -----

Agradeceu ainda à “Universidade da Beira Interior com o seu laboratório, conjuntamente com o Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira, os recursos humanos, os meios técnicos que puseram ao seu dispor e claro ao ACES que ajudou também a erguer do ponto de vista logístico e com a recolha por parte dos enfermeiros correndo riscos como todos os profissionais de saúde fazendo a colheita com as zaragatoas no Covid Drive. -----

O Covid Drive não é obra pequena. Eu sei que muitos não gostam de ouvir isto, que queriam que isto tivesse corrido mal, apesar de dizerem que defendem a saúde e que querem o bem de todos. Queriam era que isto tivesse corrido mal para estarem aqui hoje com outra conversa. ---

Depois, oiço falar em máscaras, preços de máscaras, certificados. É importante é fundamentá-lo. Senhores Deputados, sem qualquer acrimónia, sem qualquer azedume, sem qualquer processo de intenção, que se informem. -----

No que diz respeito aos testes, deviam ter feito o trabalho de casa e ver quem é que sugeriu o quê. -----

O outro Senhor Deputado que falou sobre as máscaras devia saber, se andasse atento, que há um consórcio, da qual faz parte uma importante empresa covilhanense, que conseguiu que obtivéssemos aquelas 40 mil máscaras a 2,70 euros que é o preço de custo. Claro que depois acresce o IVA. Andámos na frente e comprámos antes da isenção do IVA porque senão ficavam a 2,70 euros. -----

Quando falamos devemos ser justos. Temos todos direito à crítica, achar que os testes em vez de serem azuis deviam ser vermelhos ou de cor de rosa ou azul às riscas, ... enfim, qualquer coisa deste género. Agora pôr em causa a honorabilidade das pessoas! -----

Os certificados – O Senhor Deputado vai ter que engolir o papel do certificado porque um laboratório altamente credenciado, cumprindo as regras do INFARMED, certificou aquelas máscaras que, uns dias depois, vieram a ser certificadas também pelo CITEVE.” -----

Quanto à questão da água, referiu ser “uma problemática transversal à nossa governação desde o início. Já falámos o que tínhamos a falar sobre isso, mas é importante que se diga aqui, mais uma vez, que a empresa que encarece a fatura, que lhe chamamos da água, é uma empresa onde a Câmara da Covilhã manda zero que se chama Águas da Serra. Não é a AdC. -----

Quando foi feita aquela concessão, *a galinha dos ovos de ouro* não é a AdC. *A galinha dos ovos de ouro* está numa outra empresa que os mesmos concessionários são proprietários que é Águas da Serra. E nas Águas da Serra, teoricamente, temos 30%. Na prática, temos lá zero porque foram antecipados os lucros que havíamos de receber durante a concessão. Foram antecipados, foram recebidos e foram aplicados. A Câmara da Covilhã não tem jurisdição, do ponto de vista legal, para chegar às Águas da Serra e dizer *baixem lá o saneamento*. -----

Se colocássemos a água a preço zero, a fatura seria ainda mais cara do que é neste momento porque, sendo gratuita, os nossos concidadãos teriam a tendência para gastar mais água e indexado ao consumo da água está aquela taxa de saneamento da outra empresa. Ou seja, quanto mais água se consumir, mais taxa de saneamento se paga; os escalões vão subindo e o preço dispara. -----

Desde que sou Presidente da Câmara Municipal, baixei cerca de 7% do preço da água e não permiti nenhum aumento. Travámos o custo da água para além de conseguirmos a redução do preço da água. A Covilhã tem a água mais barata da Beira Interior. O que é caro é, efetivamente e infelizmente, o saneamento. -----

Costumo dizer que só há duas formas para resolver os problemas: ou é a bem ou é a mal! A mal, é preciso ter cuidado. Temos, do outro lado, um adversário poderosíssimo. O nosso parceiro das Águas da Covilhã e dono das Águas da Serra, onde o saneamento é pago de forma escandalosa porque é o dobro da média nacional, esse grupo económico tem um volume de negócios superior ao PIB de Portugal. Sabem o que aconteceu no Município de Barcelos que com este grupo entrou em *guerra*? Uma indemnização de 190 milhões de euros é quanto têm que lhe dar! -----

O que estamos a fazer? Estamos a dialogar de forma intensa, com base em pressupostos técnico-jurídicos e técnicos do ponto de vista daquilo que é a questão da regulação que tem a ver com os pressupostos do negócio. Já foi aqui referido que era previsível, segundo o *project finance* desta concessão, que hoje tivéssemos muito mais população. Infelizmente, não a temos como já foi aqui sublinhado e, por conseguinte, é meu propósito reduzir substancialmente o preço das taxas do saneamento até ao final do corrente ano. Mas, isso é fruto de um trabalho que está a ser feito há muito tempo e estamos a trabalhar nesse sentido. Depois farão o seu julgamento e o Povo também fará o seu. -----

Tem razão o Partido Comunista na forma como coloca a questão: nunca devíamos ter, de facto, feito a concessão. Esta concessão é uma concessão inadequada e desproporcionada. -----

As Águas da Serra estão a fazer uma coisa que a Câmara o poderia ter feito. As Águas da Serra foram concessionadas e concorreu a fundos comunitários para construir as ETAR's e as condutas que lá estão. A Câmara estava em pé de igualdade para fazer isso! Ou seja, em vez de conceder, devia ter, pura e simplesmente, recorrido aos fundos comunitários, construía as ETAR's e hoje não estávamos a pagar esta taxa de saneamento. E hoje os Senhores tinham a legitimidade, se eu não tivesse cumprido, virem aqui dizer *o Senhor também devia baixar o saneamento*. Agora não façam demagogia porque sabem que não posso baixar a taxa de saneamento. Fazemo-lo pontualmente, como fazemos para as IPSS's ou fizemos para aqueles concidadãos nossos com aquele limite que reconheço que é escasso, mas, nestas coisas, temos que ser frontais e a frontalidade prevalece sempre. É como a verdade. -----

Neste caso concreto, queria ter ido mais além. Agora imaginem o que é isentar do pagamento do saneamento a população toda da Covilhã! O nosso orçamento desaparecia! Não havia dinheiro para as escolas, para refeições, para funcionários, ... aquela empresa é um sorvedouro porque tem a parte de leão destas concessões é deles. -----

Relativamente à água, acho que está mais do que claro. Só não compreende quem não quer ou quem estiver de má fé ou quem não quiser ouvir e tapar os ouvidos. -----

Se estamos preparados para uma 2.ª vaga? Não sei o que o Senhor Deputado quer que lhe responda. Toda a gente fala nela. A Organização Mundial de Saúde disse que, provavelmente, o pior está ainda para vir. Será que vem? Pelo sim e pelo não, estamos a fazer uma reserva estratégica de dinheiro e, apesar de prescindirmos da receita para ajudar a reativar a economia ou ajudar os mais carenciados, também não podemos prescindir dela toda porque temos que equilibrar entre o remédio e a cura (se não morremos do mal, morremos da cura). -----

Querer tirar o efeito positivo, que é defender a saúde das pessoas, relativamente às máscaras, vindo aqui mentir e dizer que não estavam certificadas é vergonhoso politicamente falando. ---

Uma boa notícia para o Senhor Deputado e Presidente de Junta Paulo Ribeiro. Se não está proferido, estão a ser proferidos dois despachos: -----

- um despacho destinado a compensar as despesas com a aquisição de produtos para os necessários tratamentos fitossanitários (protocolo onde a Câmara também vai comparticipar nessas despesas – compromisso assumido com todos os municípios afetados – levá-lo-ei à reunião de Câmara); e, -----
- a Senhora Ministra estará a proferir um despacho relativo à linha de crédito para os agricultores afetados pelas intempéries ocorridas nesta campanha, com particular incidência no dia 31 de maio. -----

É uma linha de crédito que tem um valor expressivo. Claro que, tendo sido a Cova da Beira porque também é aquela que mais produz e onde mais danos ocorreram, é também aqui que este valor incidirá particularmente. -----

É uma linha de crédito muito semelhante àquela que foi lançada para os floricultores. –

Panorâmica dos fogos – Acredito no sistema que está implementado pela Proteção Civil. -----

As desmatagens continuam. O Senhor Vereador e a sua equipa estão a trabalhar nas desmatagens. Também o período de confinamento não foi propício a um trabalho regular e constante que desejávamos, sobretudo no que diz respeito às faixas de proteção, porque também o confinamento chegou a todos. Se é verdade que alguns setores se mantiveram a laborar, como é o caso da construção civil, outros houve que não conseguiram esse desiderato.

É essa a panorâmica que posso dar. Acreditar nos nossos bombeiros, no Sistema Nacional de Proteção Civil que cada vez está mais afinado e acho que todos aprendemos e o Sistema aprendeu também com as tragédias que já ocorreram no passado. -----

Os bombeiros – apoiámo-los no que podemos. Aquilo que fazemos é no sentido de ir ao encontro das necessidades fundamentais dos nossos bombeiros.” -----

Relativamente aos postos da GNR, informou que o do Paul tinha tido um problema *conceptual* que já tinha sido ultrapassado e que o de Unhais da Serra, tendo conseguido que “entrasse no plano dos postos da Guarda Republicana”, também se iria executar. -----

“Para lá estar o posto não estão lá os livros e para lá estarem os livros não está lá o posto. Vamos arranjar alternativas. Os livros não se *azedam* e queremos que os nossos concidadãos os leiam, os utilizem e se cultivem com eles. Havemos de arranjar sítio. A maior preocupação era o Posto e, portanto, o posto está em bom andamento. -----

Transferência de verbas para CIMBSE – É uma questão de escala como é óbvio e também de proporcionalidade. -----

Foram também colocadas aqui questões relativamente à manutenção dos parques infantis. Como sabem são da responsabilidade das juntas de freguesia a sua manutenção e gestão. Ainda não foi alterado o Regime Jurídico das Autarquias Locais e claro que ajudamos na medida do possível todas as juntas nesse sentido, designadamente aquelas que mais carenciadas estão neste domínio. -----

Intervenções nas redes viárias – Tivemos que repriorizar o nosso plano de estradas. Aqueles que já sei que vão dizer que é de campanha eleitoral vão ser feitos. O critério é o da coesão. Não é por acaso que vamos fazer a estrada do Porsim. Na lógica dos votos, nunca se faria a estrada do Porsim, nem nunca se tinha feito aquela que foi a primeira do meu primeiro mandato em Aldeia de S. Francisco de Assis e foi feita. E esta também vai ser feita. As promessas são para se cumprir Senhor Presidente da Junta da União das Freguesias de Peso e Vales do Rio e lá chegará a vez da sua estrada.” -----

- O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu a presente sessão para almoço, tendo sido retomada pelas 15:30 horas. -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** perguntou se Covid Drive se iria manter na Covilhã ou se iria instalar-se no Fundão ou em Belmonte. -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** pediu a palavra para defesa da honra e, dirigindo-se ao Membro Municipal Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP), disse haver “princípios e valores que não são descartáveis e devem ser preservados e defendidos a todo o custo. Foi assim que aprendi nos bancos da faculdade e com os grandes vultos da nossa humanidade, da comunidade internacional. -----

Quando aqui oiço e ouvi tratar pessoas, sejam elas quais forem, de fidelidade canina e utilização de açaime, efetivamente é um problema de educação. Isto não é digno de uma pessoa que tem os mínimos de educação e de urbanidade. É uma indelicadeza. É uma grosseria. É ser trauliteiro. É má educação. -----

É a defesa da minha honra porque foi a minha honra que ficou violada pelas expressões. -----

Não admito este tipo de tratamento à minha pessoa. Não admito.” -----

Referiu ainda que esperava que o Membro Municipal se retratasse na sua próxima intervenção “a bem de todos, a bem da democracia e a bem da convivência democrática.” -----

- **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** iniciou elogiando o facto de que, “hoje, pela primeira vez, vi questões que foram respondidas e já não acontecia isso há muito tempo. O seu a seu dono. Elogio quando tenho que elogiar e critico quando tenho de criticar. -----

Sobre aquilo que acho que também não deve ser inadmissível: chegar a dizer que havia aqui pessoas, e presumo que se estivesse a referir a mim porque estava a olhar para mim diretamente, que queriam que isto da pandemia corresse mal é um ataque que rejeito liminarmente. Ninguém aqui, espero eu, queria alguma vez que corresse mal aos nossos municípios. -----

Para terminar, duas questões: -----

- Sobre o que se falou aqui da água, das Águas da Covilhã e Águas da Serra – não saiu uma lei em 2013 que obrigava a que o Município deixasse de ter participação indireta nas Águas da Covilhã e passasse a ser direta e não através da ICOVI? Foi feito ou não foi? ---
- Para clarificar o que foi aqui dito das Águas da Serra e se temos ou não participação, a auditoria da Câmara, no início do primeiro mandato da atual maioria, dizia que não há evidência factual da participação do Município na empresa Águas da Serra. -----
Então, se não há evidência factual da participação do Município nas Águas da Serra, porque é que a nota 8.2.16 da página 419 do relatório de gestão prevê precisamente isso e fala na nossa participação nas Águas da Serra? -----
Há aqui uma diferença entre o discurso da Câmara e aquilo que são os documentos que nos são enviados da Câmara. É preciso que alguém nos clarifique isto.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (PCP)** fez o seguinte ponto de ordem à Mesa: -----

“O Senhor Presidente abdicou da primeira intervenção na informação escrita que é o que diz o Regimento. -----

Entretanto, foram feitas perguntas e o Senhor Presidente da Câmara fala no fim. -----

Entretanto, não acabou a intervenção, mas disse que abdicava de continuar a intervenção por causa do tempo de trabalho. -----

Fiz três perguntas claras sobre a informação escrita e não vamos estar aqui a fazer mais perguntas numa de defesas de honra, etc. -----

Fiz três perguntas claras: piscinas públicas – porque não abrem se abrem as privadas?; ATL’s públicos – vão abrir ou não vão abrir?; requalificação da habitação social na Alâmpada – está prevista ou não está prevista e quando vai acontecer? -----

É isto que é a informação escrita na atividade do Município tenho para dizer e é isto é que tem que ser discutido!” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** referiu ter sido “interpolado diretamente pelo Dr. Pina Simão, mas temos que perceber o que estamos a dizer. -----

Quem levantou a questão canina não fui eu. Foi uma Deputada do PS que aqui disse o que disse e que está gravado. -----

Respondi e respondi no momento em que toda a bancada estava quase a *comer* as pessoas. Inclusivamente, havia aí alguns a esfregar as mãos, feitos malucos, não sei para quê. -----

Mas, há uma coisa que tenho que dizer em defesa da minha consideração. Não estou aqui para esfregar as mãos, mas antes para arregaçar as mangas quando é preciso arregaçar as mangas!”

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que a “Assembleia de Freguesia do Paul, na passada sexta-feira, aprovou uma moção sobre a pavimentação daquilo que chamamos o Largo do Bairro dos Emigrantes do Paul. -----

De facto, é um bairro que tem um piso muito degradado. Há quem diga que é o bairro que tem o piso mais degradado do concelho. Os habitantes fizeram um abaixo assinado há dois anos que foi enviado à Câmara Municipal e, infelizmente, até hoje continua esta obra por executar. -----

Queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se este abaixo assinado, de facto, consta. ---

Penso que a Junta de Freguesia, segundo a informação que tenho, também enviou esse abaixo assinado e, de facto, é degradante porque é um perigo para os veículos e as pessoas que transitam por ali. -----

Quanto aos acordos de execução com as juntas de freguesia, recordar que esses acordos foram assinados em dezembro de 2017. Há pouco coloquei a questão do tal relatório anual porque o acompanhamento dos acordos de execução também é uma competência da Assembleia Municipal. Está na Lei no artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea k) e l) do n.º 1. Verifiquei que esses acordos de execução existem e o Senhor Presidente da Câmara poderá confirmar ou não se houve reuniões com as juntas de freguesia anualmente para avaliar se os acordos de execução estavam a ser aplicados, se estão de acordo, se tinham a dimensão necessária, se era necessário alterar ou não. É todo um processo que implicava anualmente reuniões com as juntas de freguesia para fazer a avaliação desses acordos de execução, resultando daí um relatório presente à Câmara e, eventualmente, presente também à Assembleia Municipal. -----

Depois, colocar a questão quanto à aplicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que tem a ver com a Lei Quadro de Transferência de Competências para as Autarquias Locais, sabendo que o PCP não está de acordo com essa transferência, mas, como diz a lei, os prazos definidos pela própria lei, poderia existir freguesias que aderiram e que aprovaram essa transferência de competências, outras não. Obrigadas todas elas em 2021. -----

Perguntar se foram desenvolvidos os procedimentos suficientes e necessários para a aplicação da lei, pelo menos às freguesias que aceitaram essa transferência de competências.” -----

- **Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto** disse ter ficado “um bocadinho admirada com as expressões que o Senhor Presidente da Câmara usou para definir a minha apresentação e senti-me atacada nesse sentido. -----

Não foi minimamente a minha intenção pôr em causa o que se fez com as IPSS's, em termos de proteção das pessoas. É um facto que elas precisam de ser protegidas. -----

O que eu quis fazer e continuo a querer fazer (porque não durmo quando tenho estas situações e não as denuncio), é que há uma situação em que os nossos idosos nas IPSS's protegidos estão a morrer por causa dessa mesma proteção. -----

O que eu quis fazer foi com que os senhores pensassem como é que vamos resolver isso. Não estou a pôr em causa o que a Câmara fez em relação às IPSS's, nem à proteção que se criou. ---

É uma situação em que, muito dificilmente, poderia ser perfeito porque ninguém sabe como se há de fazer da melhor maneira, mas as coisas têm que ser feitas. -----

O Senhor Presidente acusou-me de jactância e arrogância académica. Não vim aqui como académica porque nem sequer faço investigação nesta área! Faço investigação em áreas de funcionamento cerebral. A geriatria interessa-me de um ponto de vista estritamente político e porque me estou a sentir velha e porque gostava de ter uma velhice decente. -----

Penso essencialmente que, para além dos comentários políticos que possam existir, temos a obrigação, como Assembleia, de resolver isto e tentar ajudar a Câmara e a quem manda a fazer isto da melhor maneira possível. Foi só isso.” -----

- Foi concedida a palavra ao **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas. -----

Iniciou falando sobre o tema das piscinas públicas, dizendo que “a nossa posição é clara e inequívoca por uma questão de cautela. Aquelas que são da Câmara, temos jurisdição sobre elas e fazemos o que entendemos, segundo critérios de racionalidade, segundo recomendações das autoridades de saúde e de quem está mais habilitado do que eu, do ponto de vista da defesa da saúde pública, e tomarmos as decisões mais consentâneas com essa mesma defesa. -----

Aquilo que me é dito é que uma piscina pública, falando no caso concreto na nossa bela piscina praia no Jardim do Lago, por mais ondas que façamos dentro da piscina a verdade é que não existe espaço de segurança. O distanciamento físico de segurança e de saúde ali não existe. ---

Imaginem o seguinte: -----

A Câmara Municipal da Covilhã autorizava o funcionamento daquela piscina. Quantas pessoas podiam entrar? Quem é que entrava? Iam para lá às 5 da manhã a fazer fila?” -----

Referindo-se ainda às outras piscinas existentes no concelho, perguntou “que critérios é que todos adotaríamos para selecionar e permitir o acesso aos nossos concidadãos? -----

Desde logo havia aí um problema de condicionamento que geraria injustiças. Mas, para além das injustiças que é o que menos me preocupa no caso concreto, nestas questões, quando tratamos da vida e da saúde está em primeiro lugar e o resto vem em segundo. -----

Não é um problema de respeito das pessoas não estarem imbuídas da informação necessária para cumprir. É o problema depois de, na prática, o conseguirem cumprir. Sabemos como são os jovens, o ambiente na piscina, ... Todos sabemos como é. É a proximidade, é a brincadeira. Como é que conseguiríamos assegurar que as pessoas não se contaminam pela aproximação que já sabemos que é um dos fatores de contaminação? -----

É difícil regularmos uma situação dessas. -----

Sejamos humildes. Todos aprendemos muito com esta pandemia no domínio da política, da ciência médica, de qualquer outra área da nossa intervenção das nossas vidas. As nossas vidas não voltarão, infelizmente, a ser como eram dantes. -----

Uma coisa que aprendemos: temos que nos adequar à realidade e isto é adequar-nos à realidade. É precaução. -----

Até aqui temos 9 casos. A tendência é de virem, e bem, os nossos concidadãos que foram trabalhar para o estrangeiro e querem regressar às suas terras e conviver com as suas famílias e os seus amigos. A piscina é um dos sítios. Quanto menos estiverem abertas maior é a tendência de concentração. Como é que salvaguardamos? Mandamos para lá a Polícia e a GNR? -----

Tem que haver equilíbrio e o equilíbrio manda que, neste caso concreto, façamos isso que é seguir as regras de cautela, a de proteger as pessoas.” -----

Quanto às piscinas privadas, referiu que “fica ao livre arbítrio de cada um relativamente à sua piscina, sendo certo que o vizinho não pode concentrar 40 ou 50 pessoas em volta da sua piscina, mas isso voltamos ao bom senso. -----

Quando se toma uma decisão é muito fácil opinar, mas decidir é governar e governar é fazer opções. A opção é não abrir por razões de segurança. Foi isso que sugeri à Câmara e aliás são essas também as recomendações da Proteção Civil e da Direção Geral de Saúde. -----

ATL's – Estamos à espera de instruções da DGEstE. A Senhora Vereadora tem, insistentemente, diligenciado no sentido de conseguir que funcione, mas estamos a pensar em soluções alternativas no caso de a DGEstE não nos apontar para uma solução concreta. -----

Relativamente à habitação social, a intervenção de requalificação dos edifícios nos bairros sociais é em matéria de eficiência energética e incide apenas sobre os edifícios do Bairro do Património, na Biquinha, Bairro da Alâmpada, Boidobra e Bairro do Cabeço no Tortosendo. -----

Já se encontra em fase de conclusão a obra no Bairro do Património; já começaram as obras no Bairro da Alâmpada; e, estão em fase de adjudicação as obras no Bairro do Cabeço. -----

Convém ainda sublinhar o facto de as obras que estão a ser realizadas nos bairros sociais apenas incluem a beneficiação exterior em matéria de eficiência energética. Não incluem a reparação dos espaços interiores. Isso resulta do facto de serem cofinanciadas por uma linha de apoio exclusivamente para eficiência energética. -----

Vamos intervir também no interior de algumas habitações. Estão programadas. Indo ao encontro de duas pretensões de municípios que estão pacientemente, desde de manhã, à espera de uma resposta relativamente a humidades que sei que têm nas casas, não podemos infelizmente intervir em todo o lado. Elas estão degradadas na sua generalidade no interior. A eficiência energética é um princípio e um bom pretexto para fazermos incursões no interior das casas. Quem nos dera ter dinheiro para podermos intervir em todas e ao mesmo tempo! Vamos avançar paulatinamente, de forma faseada e programada, em todas as habitações. -----

Temos cerca de 800 habitações e intervir nelas todas em simultâneo é praticamente impossível ainda que tivéssemos muito dinheiro. É uma situação que queremos debelar.” -----

Proseguiu enaltecendo “o trabalho das juntas de freguesia, das conferências vicentinas, da ReFood, do Banco Alimentar, da Cruz Vermelha, dos trabalhadores da autarquia e das juntas de freguesia que se voluntariaram para ajudar a entregar medicamentos, refeições e máscaras. Esse contributo social é da maior importância e nunca é demais enaltecê-lo porque foram, como se costuma dizer, para além do dever.” -----

Relembrou que “a estrada entre Unhais da Serra e as Pedras Lavradas não é da responsabilidade do Município. É das Infraestruturas de Portugal. Estamos a falar da EN 230. -----

Talvez haja aí uma lamentável confusão com as transferências de competências. É que as transferências de competências não dizem respeito à manutenção da via. O Município da Covilhã não aceitou ainda essas competências. Pode vir a aceitá-las se forem vantajosas e com a anuência desta Assembleia. -----

Convém não olvidar que aquilo que recebemos, em termos de transferências relativamente às estradas, restringe-se aos núcleos urbanos e ainda assim, só e apenas, aos atravessamentos, aos licenciamentos, à publicidade e não à manutenção do piso. -----

Relativamente à limpeza da ribeira, isso é com a APA. Até são eles que limpam as faixas de gestão de combustível. -----

No que diz respeito à ponte do Paul, as juntas de dilatação serão reparadas durante o próximo mês de julho.” -----

Para responder à questão do Membro Municipal Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD) relativamente à participação do Município da Covilhã nas Águas da Serra, informou que, “apesar de formalmente lá constar que temos 30%, isso não significa que tenhamos qualquer poder de decisão naquela empresa por duas razões: -----

- 1.º 30% não nos dão direito a um lugar no Conselho de Administração; -----
- 2.º Os lucros correspondentes a esses 30% foram antecipados. Trocaram-se, na altura, cerca de 12 milhões de euros por 2 milhões e meio, sensivelmente, que foram antecipados. –

Na prática mandamos lá zero! -----

À Senhora Doutora Assunção Vaz Patto, com apreço e sem acrimónia, dizer-lhe o seguinte: -----

Uma coisa é o conhecimento académico que valorizo muito, mas depois o conhecimento tem uma correspondência prática e as IPSS’s têm uma realidade que é incontornável. Esta pandemia deu-nos lições acerca disso e também os académicos devem olhar de forma diferente para as IPSS’s, ou seja, para os lares. -----

Qual é a realidade? Dou o exemplo da Misericórdia da Covilhã. A Santa Casa da Misericórdia da Covilhã tem psicólogo. Os utentes que lá estão são acompanhados. Há festas pontuais e regulares com os idosos em que intervêm apenas quem lá trabalha e quem lá está para distrair,

para aliviar as agruras e os isolamentos. Obviamente que não vêm elementos de fora a participar nesses eventos. -----

Sei que não é com má intenção que faz a recomendação que faz, mas os lares estão a trabalhar e bem neste momento. Poderão uns trabalhar um pouco de forma mais aprofundada ou menos aprofundada, mas a verdade é que estão a adaptar-se a esta nova realidade. -----

Há um esforço hercúleo por parte de toda a gente e este esforço tem que ser sublinhado e não causticado.” -----

Relativamente ao final dos testes, explicou que “os três presidentes da Cova da Beira, neste e noutras frentes, decidimos atuar para fazermos face aos efeitos adversos da pandemia e um deles foi exatamente esse. Decidimos implementar o Covid Drive em conjunto. -----

Existe um posto de colheita em Belmonte; existe outro no Fundão; e, existe este da Covilhã, para além, obviamente o do Hospital. -----

O Senhor Presidente da Câmara do Fundão já tinha adquirido alguns testes para face a uma urgência. Encomendei aqueles 2 mil que chegaram ao fim. Quem adiantou o dinheiro foi a Câmara da Covilhã e ficámos de, posteriormente, fazer acertos. -----

Entretanto, chegados a este ponto e porque não temos agora mais testes, mas que ninguém fique em pânico porque o Hospital tem testes e material para o efeito, mas obviamente que queremos ir para além daquilo que é obrigação e termos capacidade de resposta. -----

Não sabemos o que aí vem. De um momento para o outro, isto pode agudizar-se e temos que ter, efetivamente, capacidade de resposta. Sabemos que o Hospital e o SNS têm as suas limitações, apesar de estarem a responder bem. Pode chegar a uma altura que podem ficar entupidos e nós queremos fazer parte dessa solução que é ajudar para salvaguardar a nossa população. -----

Já conversei com os meus ilustres colegas do Fundão e de Belmonte e agora fazemos esse acerto e, se calhar, ainda temos que pôr mais dinheiro porque é em função da população. -----

Pode não ser naquele sítio por motivos meteorológicos e por indicação do ACES Cova da Beira. Os enfermeiros usam um equipamento especial de proteção que é terrível andar lá dentro. Pô-los à torreira do sol no complexo desportivo, nesta altura do ano, é uma tortura! -----

Estamos salvaguardados porque temos o de Belmonte e o do Fundão, mas vamos encontrar um outro sítio acessível, seguro, minimamente fresco, que não crie pânico às pessoas, para que os nossos concidadãos que precisam de ser testados ali possam deslocar-se.” -----

2.2 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS À RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES AFETADAS POR INCÊNDIOS DE GRANDES DIMENSÕES NO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 06 de março de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 1747 de 2020.03.11 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referindo que, atendendo a que a proposta de regulamento teve um período de consulta pública, foi publicada no Boletim Municipal, nos *sites* das Freguesias, afixada nos locais do costume e não foram rececionados quaisquer contributos ou sugestões, “muito embora nos cause alguma estranheza que só se aplique aos incêndios de grandes dimensões, superiores a 100 hectares, pois fica sempre a interrogação: e se tiver 99? Ainda assim, votaremos pela sua aprovação”. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - ***Regulamento Municipal de atribuição de apoios à Reconstrução de Habitações, afetadas por incêndios de grandes dimensões no Município da Covilhã*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto:

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Votámos favoravelmente este regulamento, porque na prática já devia estar aprovado em 2018. É revelador que só chegue três anos depois dos incêndios, mas ainda bem que chega a ver se minimiza os prejuízos das pessoas.” -----

2.3 – REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de maio de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2739 de 2020.06.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referindo que, atendendo a que o regulamento “foi submetido a consulta pública, foram adicionadas as normas sugeridas e foram aceites sugestões que integraram o Regulamento”, vão votar favoravelmente. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que este Regulamento lhes parece “mais ágil que o anterior, mais empático com os Municípios na medida em que é mais claro e, em vários aspetos, mais simplificado”. Destacou o acolhimento das propostas dos dois Municípios. Considera que a Câmara Municipal terá de encontrar outros meios de comunicação mais adequados e mais eficazes para promover a discussão e a participação das pessoas. Terminou dizendo “*nós votámos contra o outro, vamos abster-nos neste.*” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação da Covilhã** foi a mesma **aprovada por maioria, com 34 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta / União de Freguesias de Dominguiso, Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 8 abstenções (CDS-PP, PSD e PCP).** -----

Não votou, por não se encontrar no Auditório, a Senhora Presidente de Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis. -----

2.4 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DO ANO 2019

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de maio de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1, do artigo 76.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através do ofício n.º 2743 de 2020.06.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro** pediu a palavra **para comunicar que se vai ausentar da sala, nos termos do n.º 4, do artigo 31.º, conjugado com o artigo 69.º, do Código do Procedimento Administrativo.** -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: (**Doc. 24**) -----

“Anualmente, a cena repete-se. O senhor Presidente da Câmara vem aqui e na comunicação social argumentar que fez uma gestão de excelência, criteriosa, que melhorou a qualidade de vida dos covilhanenses e que até abateu o passivo em cinco milhões. -----

Se a câmara está tão bem, financeiramente, quero dizer-lhe que não se nota. Os covilhanenses ainda não deram conta disso. -----

O investimento feito nas freguesias parece limitar-se ao mínimo indispensável, quase ao nível da manutenção. Já lá vai o tempo em que as freguesias rurais, nesta altura do mandato, pareciam autênticos estaleiros, com obras por todo o lado. -----

Das obras prioritárias do concelho, para nós recuperar o parque social habitacional, nem um prego. -----

As estradas permanecem na mesma. A câmara adquiriu uma máquina para tapar os buracos no alcatrão quando, em alguns casos, se justificava uma intervenção mais alargada. -----

Há estradas rurais que são um verdadeiro perigo circular nelas. Lembro a estrada de Unhais para a nave de santo António, na zona de Torneiros pensamos que há, pelo menos, oito anos que as bermas não são limpas (nessa zona que cruzo diariamente com pessoas a fazer caminhadas, o acidente espreita). -----

As taxas da água, lixo e saneamento são uma verdadeira afronta para a maioria dos frágeis orçamentos familiares dos covilhanenses. -----

Só mais uma nota. O saldo com que termina o ano 2.2 milhões de euros parece ter o odor das eleições que se aproximam. -----

Por tudo isto, votaremos contra a prestação de contas do exercício de 2019.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** fez a intervenção que, a seguir, se dá por integralmente reproduzida: **(Doc. 25)** -----

“Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, -----

Exmo(s). Senhores Vereadores, -----

Exmo(s). Senhores e Senhoras - Deputados Municipais, -----

Minhas Senhoras e meus Senhores, -----

A Câmara Municipal apresenta-nos o relatório e contas de 2019 onde consta uma receita de 35.665.594,18 € e uma despesa de 33.650.128,42. -----

A receita corresponde 80,5% da receita prevista no orçamento corrigido (44.331.762,43 €) e a despesa a 75,91% da despesa prevista no orçamento corrigido da despesa. -----

Saliente-se na receita um aumento significativo nas receitas correntes, nomeadamente nos impostos diretos (IMI, IUC, Derrama) – 9.480.380,32) e em indiretos (873.103,13), nas taxas, multas e outras penalidades (508.095,51) em relação a 2018, aumentos de mais de 3%. -----

Da administração central houve um aumento de transferências correntes e de capital, ficando longe ainda, das necessidades do município. -----

Recorde-se que este aumento de receita é feito à custa dos Covilhanenses, no que toca, principalmente aos impostos diretos e indiretos. -----

Apresenta-nos a execução do Plano Plurianual com uma execução de 60,63%. De 22.333.872,09 previstos executou 13.542.133,28. -----

No Plano de Atividade Municipal uma execução de 91,41%. De 21.997.890,34 previstos executou 20.167.995,14. -----

Na demonstração de resultados verificamos só sinais negativos. -----

Aumento dos resultados operacionais negativos e dos resultados correntes. Resultados financeiros, melhor do que ano anterior, mas, mesmo assim negativos e um resultado líquido do exercício também negativo, mais uma vez. -----

Não entendemos porque se inclui no processo – Contas de Gerência - o Resumo do Orçamento de 2019, o inicial, nem sequer é o corrigido, e não nos é apresentado o Resumo das Contas de 2019. -----

Isto assim, não ajuda. -----
Mas é para ajudar? -----

Possivelmente, ajudar os membros da Assembleia Municipal a comparar valores... mas não tendo o resumo das contas... é sempre difícil. Temos que nos socorrer de outros mapas. -----

Verificamos, também, que se mantêm os buracos brancos, opacos e nada transparentes de um conjunto de ações e projetos, com verba definida e paga em alguns programas específicos sem qualquer descrição, ficando esta Assembleia a conhecer os valores mas..... sem conhecimento onde e como se gastou. -----

Dirão alguns...que isto é transparência....mas...nem a descrição se vê. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal afirma, para a comunicação social, que a Câmara abateu na sua dívida sete milhões de Euros. -----

Esqueceu-se de explicar que isso resultou de uma operação contabilística, utilizada nestas contas, que englobou os empréstimos de médio e longo prazos (a tal dívida sempre considerada) e as operações de leasing e acordos de pagamento num período temporal de um ano. -----

A verdade, comparando com anos anteriores, a amortização da dívida de empréstimos a médio e a longo prazo foi de 4.236.021,47 € (em amortizações e juros), situação que se encontra consolidada e calendarizada nas finanças municipais. -----

Mas...a dívida total é de 69.351.108,82 (documento de análise do passivo). -----

Sim...não é a que conta para o endividamento (cerca de 40 milhões)... mas ela existe. -----

Assim como existe. -----

A dívida de compromissos assumidos por pagar no valor de 9.832.129,18 €, assumidos neste ano ou em anos anteriores. -----

Afirma que abateu sete milhões mas só em compromissos assumidos, este ano ou transitados tem 9.832.129,18€. -----

E neste valor encontramos a economia local, empresas, as Juntas de Freguesia, as coletividades, centros de dia, escolas, serviços de táxis, serviços de informática, elevadores, produção de eventos (92.127,00), AdC, Auto transportes do Fundão, à Covibus, empresas de manutenção de veículos, compartes de baldios, empresas de material eléctrico, segurança social.... -----

Centenas de fornecedores de serviços e bens à espera que a Câmara lhes pague. -----

O pagamento, a injeção de dinheiro na economia local, seria, de facto, a ajuda substancial da Câmara Municipal, que se impunha, neste momento da pandemia. -----

Mas...optou por pagar à MEO, à AMCB e ao Leasing, eventualmente de viaturas. -----

Opções. -----

Senhor Presidente -----

O pagamento às empresas da região prestadoras de serviços e de bens à Câmara Municipal da Covilhã, deverá ser prioritária. -----

É assim que defendemos e apoiamos as Micro, Pequenas e Médias Empresas do nosso Concelho. -----

Que lhe vale promover programas e plataformas digitais junto dos comerciantes e empresários?

Sabe o que eles pensam quando o ouvem? -----

“Se a Câmara pagar o que deve, já era uma grande ajuda” -----

Senhor Presidente -----

Senhores deputados -----

O grupo municipal da CDU/PCP tem optado, ao longo dos últimos anos, pela análise mais pormenorizada do Relatório de atividades e contas. -----

Com os valores macroeconómicos relativos às despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços correntes, com os encargos da dívida, com as transferências correntes de apoio às coletividades e Juntas de Freguesia, lá vão dois terços das verbas disponíveis. -----

Optamos por fazer uma análise às GOP. -----

Assim, nós considerámos em Dezembro de 2018 que o Plano e Orçamento que nos foi apresentado era um plano centralizado, concentrado na cidade, sem levar em conta o todo

concelho, o seu território e populações. -----

Verificámos que tinham desaparecido vários projetos e ações e também verificámos a permanência de outros para 2019, nomeadamente: -----

- Pavilhão Municipal da Covilhã -----
- Pavilhão Multiusos de Orjais -----
- A Estrada Souto Negro-Porsim-Portelinha (Casegas – S. Jorge da Beira) -----
- A Casa do Povo do Teixoso -----

Considerámos que “em 2019 é o Plano e Orçamento da Cidade com a recuperação de vários edifícios, com financiamento comunitário e a comparticipação nacional pelo BEI, via empréstimo reembolsável ao município” -----

Considerámos que era um “Plano e Orçamento que deixa de fora o resto do território do Concelho” -----

E identificámos ações/projectos novos: -----

- Cultura em rede das Beiras e Serra da Estrela -----
- A tecer a acessibilidade -----
- Programa de emergência social – Formação de públicos estratégicos -----

Tendo considerado que “carecem de alguma clarificação para se entender o que se pretende atingir e qual é a sua substância” -----

Afirmámos também que -----

“De todos os Planos e Orçamentos dos últimos 20 anos este deve ser o mais restritivo e parco para as freguesias e o que menos obras, da responsabilidade municipal, contempla as zonas rurais, não contribuindo, desta forma, para a coesão territorial concelhia” -----

Aquela análise e apreciação, infelizmente, confirmou-se e agravou-se, porque, o pouco que existia para as freguesias no Plano, foi desaparecendo ao longo das alterações e revisões orçamentais. -----

E, mesmo outras, mais globais, foram colocadas de lado. -----

Sem querer ser exaustivo, vou dar alguns exemplos e, tão só de projetos e ações introduzidos nas GOP por este Executivo: -----

- Covilhã a tecer a acessibilidade – iniciou com 200.000 € e terminou com 0 de execução; -----
- Pavilhão Multiusos de Orjais – Iniciou com 15.000 € e terminou com 0 de execução; -----

- Pavilhão Municipal da Covilhã – Iniciou com 200.000 € e terminou com 0 de execução; -----
- Estrada do Porsim – Iniciou com 10.000 € terminou com 0 de execução; -----
- Estrada Municipal 502 (Cantar Galo – Vila de Carvalho) - Iniciou com 10.000 terminou com 0 de execução; -----
- Estrada Ponte de Pedrinha – Ferro – Peraboa – Iniciou com 10.000 terminou com 0 de execução; -----
- Os passeios entre a rotunda do ZIT e o eixo TCT – Iniciou com 10.000 terminou com 0 de execução; -----
- Casa do Povo do Teixoso – Iniciou com 10.000 terminou com 0 de execução; -----
- Auditório Mineiro – Barroca Grande – Iniciou com 18.000 euros terminou com 0 de execução; -----
- Área de Lazer de Peraboa – Iniciou com 10.000 terminou com 0 de execução; -----
- Rua do Barreiro de Sobral de S. Miguel - iniciou com 10.000 terminou com 0 de execução; ----
- Jardim do Sul em Cantar Galo – Iniciou com 10.000 terminou com 0 de execução; -----
- Orçamento participativo 2017 – Iniciou com 105.000 terminou com 0 de execução; -----
- Pavimentação de arruamentos nas freguesias – Iniciou com 8.000 e terminou com uma despesa de 307 €; -----
- Construção e reparação de infraestruturas desportivas e parques infantis iniciaram com 15.000 e terminaram com 0 de execução -----

Ora, Sr Presidente da Mesa.. o que têm de comum estes projetos e ações que ficaram para trás em 2019? -----

A maioria situam-se em freguesias do nosso concelho. -----

Pelas razões atrás expostas, o grupo municipal da CDU/PCP irá votar contra as contas e relatório de atividades de 2019, porque a atividade desenvolvida pela Câmara Municipal não correspondeu às necessidades das populações do concelho da Covilhã, e daí a nossa avaliação negativa. -----

Disse” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** iniciou dizendo que ficava “preocupado e quero aqui referir um voto de protesto pelo desrespeito que esta Assembleia está a ser alvo. --

Fico preocupado e pergunto-me, de facto, o que é que estamos a fazer quando, apesar de não estarem aprovadas as contas (estamos agora a discuti-las), já se encontram publicadas no site do Município como tendo sido aprovadas e estão disponibilizadas em todo o lado! -----

É este o respeito que o Executivo tem para esta Assembleia?! -----

É esta a democraticidade que dá por garantia o voto dos deputados, das juntas de freguesia e da oposição?! -----

São estes os tiques autoritários, de prepotência e de arrogância que sabem qualificar muito bem os outros, mas que não olha para si que tanto foram condenados no passado e que demonstram a verdadeira essência deste Executivo?! -----

Isto é um desrespeito, Senhor Presidente, e acho que deve ser chamada à atenção o Município que não pode publicar contas sem estarem aprovadas nesta Assembleia. -----

Quanto às contas em si, temos uma Covilhã a ¾. -----

A execução da Assembleia Municipal, no orçamento da Assembleia Municipal, é de 75%; o orçamento da Câmara a execução é de 75%, sendo que apenas se executa a 100% o que é as despesas correntes do pessoal que dizem respeito ao clientelismo e ao amiguismo que toda a gente constata e não é preciso fazer grandes operações para verificarmos esta situação. Às vezes, em Direito, para quem não sabe, um facto notório carece de prova e o clientelismo e o amiguismo na Câmara da Covilhã é um facto notório. -----

No que diz respeito às juntas de freguesia, confesso que, há uns tempos, me perguntavam porque é que me abstenho nos acordos de execução e nas coisas para as juntas de freguesia. Quando vejo aqui uma execução de 60% nas verbas para as juntas de freguesia, estamos a falar de pouco mais de metade. -----

Há bocado queixava-me do desrespeito pelos eleitos da Assembleia Municipal. Acho que as juntas de freguesia votarem favoravelmente contas deste género, em que penalizam uns sucessivamente atrás dos outros, ano após ano, é serem, peço desculpa pelo termo, um bocadinho masoquistas. Pelo menos não se queixem. Aguentem já que votam favoravelmente estas contas! -----

Quanto à aquisição de bens de capital, é um mínimo histórico. Estamos a falar de uma execução de 35%. -----

Mais que gerir a decadência notória da Covilhã nos últimos anos, este Executivo revela que apenas é capaz de gerir a sua própria decadência. Só se consegue gastar ¾ daquilo que se propunha. E pior! Como aqui já foi bem-dito, nem para arrecadar têm competência. Só se consegue cobrar 80% daquilo que se propunham. -----

Imaginemos se houvesse competência. Aí sim a verdadeira dívida baixava e não assistíamos àquilo que estamos a assistir. -----

Já ao nível da concretização das Grandes Opções do Plano, a situação é mais do mesmo, ou seja, deplorável. Estamos a falar de uma execução acumulada até 2019 de 33% de execução, ou seja, dos anos deste mandato até agora a execução acumulada é de 33%, sendo que (e aqui tenho que dar uma palavra que me preocupa substancialmente) na Educação, que supostamente seria e deveria ser a prioridade das prioridades (estamos a jogar com o futuro da Covilhã. Sem educação de qualidade, de competência e com investimento, não conseguimos trazer para aqui gente), temos uma execução acumulada de 28,66%, sendo que no ano em causa (2019) estamos a falar de 54%. -----

Portanto a nível de investimento, é assustador. -----

Considero que é muito bonito dizer que o passivo ou a dívida ou aquilo que seja diminuiu 7 milhões ou aquilo que seja quando fazemos a operação contabilística de aumentar o património para depois isto abater e haver alguma coisa que justifique esta situação. Mas, o certo e a verdade é que os quadros destas contas não mentem e as dívidas a curto prazo (que é exatamente aquilo que se sente no bolso dos contribuintes e dos fornecedores das empresas) aumentou 2,7 milhões de euros. Em 2018 eram 3.650.000€; em 2019 são 5.753.000€. -----

A nível de empréstimos, confesso que fico abismado. O que consta dos quadros é que há, entre o início de 2019 e o final de 2019, uma amortização efetiva de 70 mil euros. -----

É evidente que, apesar de todas as camuflagens e de não se gastar dinheiro, isto tem que dar um resultado negativo como deu. -----

Não há como conseguir aprovar umas contas que se comprovam que a Covilhã continua e está manifestamente degradada e vai continuar a estar porque não há estratégia para que se mude alguma coisa. -----

Obviamente iremos votar contra estas contas.” -----

- **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a intervenção que, a seguir, se transcreve: **(Doc. 26)** -----

“Existem dois tipos de documentos discutidos e votados nesta Assembleia que despertam sempre uma maior curiosidade e atenção, que são o Plano de Atividades e Orçamento e o Relatório de Gestão e Prestação de Contas. Se quando o plano de atividades é apresentado existe sempre a expectativa de que nele possam constar medidas que realmente visem melhorar a vida dos covilhanenses, conforme tem acontecido nestes últimos anos sob a liderança do PS, na pessoa do Senhor Presidente, DR. Vítor Pereira, quando nos apresentam o relatório de contas e gestão, temos sempre a esperança de que o caminho efetivamente seguido tenha sido aquele que tinham inicialmente previsto. -----

E, senhores deputados mais uma vez vimos afirmar que o resultado é prestigiante para este executivo. Este, não só seguiu pelo caminho correto e previsto, como valorizou ainda mais os aspetos positivos traçados. E a nós, socialistas cabe-nos mais uma vez alertar para aquilo que realmente foi e está a ser feito, e não aquilo que outros por pura desfaçatez afirmam que não se está a fazer, porque há uma grande diferença, entre o discurso populista desta minoria, e a realidade, que tanto vem beneficiando os covilhanenses. -----

Assumindo este relatório única e simplesmente com referência ao orçamento apresentado para 2019, este relatório pode ser visto e analisado de muitos prismas diferentes, mas em todos, honestamente, transparece que o proposto foi francamente conseguido na sua grande maioria.

Indo por essa análise, não nos podemos esquecer que já na sua apresentação, a oposição referira que o orçamento era irrealista, que não contemplava em recursos os milhões previstos para investimento, que existiam rubricas que estavam totalmente sub orçamentadas. A isto tudo o senhor Presidente da Câmara acusava esta minoria de profetizar a desgraça, garantindo

que os compromissos assumidos iriam ser concretizados e executados. Foi dito na altura e hoje, a realidade assim o demonstra que afinal o PS não se enganou naquilo que era evidente e ao contrário daquilo que alguns profetizaram muito pouco ficou por realizar, face ao investimento previsto. -----

Vê-se quem falou verdade! -----

E já que estamos a falar de números, reconhecamos mais uma vez, que esta oposição não gosta muito deles, e os desvaloriza até, porque lhe são incómodos, porque a realidade é só uma, não os consegue manipular. Esquecem que os números têm uma vantagem, eles transmitem a realidade, são objetivos e não o alvo fácil de manipulação verbal de uma qualquer máquina populista. -----

Mas passemos a factos, o ano de 2019 foi um ano distinto, com alguns marcos para o concelho da Covilhã, foi um ano ímpar. O Concelho continuou a afirmar-se nas mais variadas áreas, da cultura, do desporto, do turismo, do ambiente, da mobilidade, da juventude, da igualdade, da família, da solidariedade, da educação, do associativismo e da habitação. -----

O ano de 2019 foi distinto, porque este Executivo continuou a contar com os senhores Presidentes de Junta para um contacto mais próximo das populações, a Câmara cumpriu escrupulosamente os compromissos com cada Freguesia e continuou a fazer as transferências que são devidas a cada uma delas. Permitam-me aqui salientar a importância dos senhores Presidentes de Junta, que cada vez mais têm um papel mais relevante na nossa democracia, sobretudo numa altura em que as Câmaras Municipais têm de assumir o lugar do estado para apoiar as populações, situação que pesa bastante no orçamento Municipal. O documento agora apresentado a esta Assembleia consegue conjugar três fatores, que por si só, demonstram que o documento deve ser considerado distinto, ou seja, ele apresenta um grande volume de execução, ele apresenta um aumento da autonomia financeira e por último ele apresenta uma redução da dívida. -----

O Município da Covilhã continua o seu percurso pujante e de progresso, assente em políticas de estabilidade e bem direcionadas com uma cuidadosa gestão dos recursos municipais. -----

Assim, e pelo já elencado dirijo uma palavra de reconhecimento ao Executivo que, apesar da conjuntura financeira herdada, na sua ação diária, conseguiu desenvolver políticas públicas de proximidade, visando a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida dos nossos concidadãos, promovendo, de forma inequívoca, a coesão de todo o território do concelho, intervindo, e julgo ninguém ter dúvidas disso, nas áreas da educação, da solidariedade social, da cultura, do desporto, da qualificação e modernização do espaço e equipamentos públicos, das infraestruturas escolares, da regeneração urbana e da promoção do turismo. -----

Os documentos da prestação de contas agora em análise evidenciam a realização do Plano e do Orçamento aprovados, nos termos da Lei, pelos órgãos municipais. Um plano e um orçamento rigoroso, suficientemente prudente e fundamentado, ambicioso e satisfatoriamente cumprido, dos quais destacamos alguns números: -----

As dívidas de M/L prazo apresentam uma diminuição de 8,6 Milhões de Euros, que se considerarmos que uma parte destas foi reclassificada para o curto prazo, encontramos a razão pela qual as dívidas a curto prazo sofrem um aumento de 2,7 milhões de Euros. As dívidas às juntas de freguesia passaram para menos de 4 Mil Euros, ou seja, são hoje residuais dentro do conjunto das 21 freguesias do nosso concelho. Tendo em conta o aumento das dívidas a curto prazo devido à sua reclassificação podemos concluir que as dívidas a fornecedores diminuíram perto de 500 Mil Euros. A execução da receita, da despesa corrente e de capital cifram-se em rácios superiores a 90%, o que diz muito do rigor com que se elaboram os orçamentos e a precisão com que se executam, bem como do realismo deste executivo, longe dos tempos dos orçamentos faraónicos com taxas de execução de 30% e menos. A despesa corrente de cerca de 21,6 Milhões de Euros representa cerca de 80% das receitas correntes do exercício em análise. Este facto revela o cuidado patente na realização da despesa, pois só desta forma é possível ter verbas que permitem o forte investimento que o município tem realizado neste mandato, mas ainda, e temos que o frisar bem, de hoje se poder fazer frente às muitas emergências e necessidades surgidas pela crise provocada pelo COVID-19. -----

Não é só com grandes obras que se melhora a qualidade de vida e o bem-estar das populações. O dia-a-dia é feito de pequenas coisas. E estas pequenas coisas custam muitos recursos e, o Executivo municipal tem colocado o seu trabalho ao serviço destes interesses o que o torna distinto. Mas relembro mais uma vez, que a sustentabilidade e a responsabilidade orçamental são determinantes e essenciais para se continuar a prosseguir uma política de investimento público, que qualifique o conjunto do nosso território e promova a coesão social. É nossa obrigação enaltecer a elevada taxa de execução orçamental, é nossa obrigação reconhecer o trabalho desenvolvido, o empenho, a dedicação e o esforço, deste Executivo e de todos os seus colaboradores pelo que, claramente, votaremos a favor esta Prestação de Contas de 2019. -----

Covilhã, 30 de junho de 2020” -----

- **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**, relativamente à redução de 7 milhões de euros de dívida, questionou onde constava esse facto. “Vi uma notícia do *Jornal do Fundão* em que o Presidente da Câmara diz que reduziu 7 milhões; na *Rádio Covilhã* já diz que foram 5 milhões; e o que diz no relatório é que o passivo foi reduzido em 7 milhões e que a dívida foi reduzida em 5 milhões, dos quais 4 são fruto de empréstimos. -----

A participação financeira da ICOVI apresenta logo aqui um ativo indevidamente empolado em 1 milhão e 400 mil euros porque diz, na quantia escriturada, que temos 65,5 milhões de euros quando, de acordo com as contas individuais disponibilizadas pela empresa, o capital social da Câmara é de 64 milhões. -----

Em segundo lugar, temos o problema das Águas da Serra que estão aqui previstas no capital sobrevalorizada em 180 mil euros, mas que nos dizem que não fazemos parte. Não sabemos se somos convocados para as assembleias de acionistas ou não, mas alguma coisa tem que se fazer quanto a isso. Fica aqui a pergunta não do que é, mas do que fazer. -----

Sobre a dívida total, em primeiro lugar referir que não podemos aferir o cumprimento das regras de equilíbrio de contas que estão presentes na lei uma vez que, mais uma vez, não temos as contas individuais das empresas municipais. -----

O que podemos aqui ver sim e refere o n.º 4 do artigo 40.º da Lei 50/2012 que o Município deve proceder à transferência financeira até 30 de abril do ano seguinte para efeitos de cobertura dos resultados líquidos antes de impostos e na proporção da respetiva participação social sob pena da dívida as entidades concorrem para o montante da dívida do Município da Covilhã conforme definido no artigo 54.º. -----

Tanto mais, conforme já foi referido em declarações públicas, as contas das Águas da Covilhã supostamente nem sequer se encontram aprovadas desde 2016. -----

Portanto, é impossível para nós, com base neste documento, aferir o valor real que consta no Relatório de Gestão, de qual é a dívida do Município. -----

Mas, no que é possível vemos neste documento e em particular no relatório/parecer do Revisor Oficial de Contas que nos alerta, mais uma vez, que o saldo da rubrica de acréscimos de custos é essencialmente explicado pela contabilização dos montantes referentes a indemnizações compensatórias a transferir para a AdC, o montante acumulado em 2019, em 31 de dezembro, é de 6.6 milhões de euros de dívida. -----

Estes contratos têm que ser aprovados, diz o Revisor Oficial de Contas e diz a Lei, pelo órgão deliberativo do Município. A esta Assembleia já veio aqui alguma coisa para ser aprovada? Não.

Em primeiro lugar, estão a retirar-se 6.6 milhões do perímetro da dívida total, arrumando-os para os acréscimos e diferendos. E mais ainda: a dívida da AdC aumentou este ano em 614 mil euros. -----

Mete-se por baixo do tapete a dívida porque, se isto fosse reconhecido no passível exigível do Município, a dívida ascenderia a cerca de 38 milhões de euros, representando 1.51 vezes a média da receita corrente cobrada nos últimos três exercícios e não a 1.18 como é divulgada na página 15. -----

A pergunta que aqui fazemos é: porque razão estes contratos ainda não foram à aprovação do órgão deliberativo? -----

Seis exercício e este assunto continua a arrastar-se. Mais uma vez uma quebra de transparência e de democracia para tentar passar uma imagem da realidade que, na verdade, não representa a situação efetiva do Município. -----

Relativamente ao grau de execução da receita, apresentam 80.5% que está abaixo do exigido no artigo 58.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. E mais ainda: se retirássemos o efeito das contratualizações dos empréstimos bancários de médio e longo prazo de 13.7 milhões na receita de 2018 e 3.9 em 2019, o grau de execução real, nestes dois anos, foi de 80 e 79% respetivamente. -----

Orçamentos bastante acima daquilo que se consegue efetivamente cumprir é a conclusão a que chegamos. -----

Quinto ponto – Em 2019, a execução global dos investimentos foi de 35.5%. Um valor historicamente baixo. Em 14 milhões que estavam previstos, a Câmara executa pouco mais que 4 milhões de Euros. -----

Não se arranjam estradas. Não se arranjam as árvores. Não se arranjam passeios e guardam-se nos cofres do Município, de um ano para o outro, 2.25 milhões de euros. Este valor é particularmente importante se virmos o histórico do próprio Partido Socialista na Câmara. Em 2015, acaba o ano com 4.700 euros; em 2016, com 111; em 2017, com 134; em 2018, com 68 mil euros; em 2019, com 2.248 milhões de euros. Isto é para quê? Estão a guardar dinheiro nos cofres do Município para pagar a campanha eleitoral?! Para fazer as obras em tempo de eleições?! Fica a pergunta também. -----

Sobre a suposta redução da dívida (depois posso mandar o gráfico e a tabela que aqui tenho a todos), o resumo diz-nos que este Executivo herdou vários planos financeiros até então negociados com diversas entidades que obrigam à amortização da dívida até 2019 num montante global de 41.3 milhões de euros. Quer dizer que o passivo exigível de agora devia ser de 27.3 e não os 31.3 que apresentam, aos quais ainda temos que acrescentar os 6.6 da AdC. -----

Portanto, temos uma dívida dita pela Câmara Municipal de 37 milhões de euros, mais 14.1 milhões do que devíamos ter nesta altura. -----

Hoje não temos investimento. Não temos estratégia. Temos mais dívida do que aquela que estava contratualizada que tínhamos que ter nesta altura. Continuamos a não ter o concelho arranjado. Continuamos a não ter uma estratégia definida. E continuamos a esconder, debaixo do tapete, novamente sem transparência, aquilo que é a situação real do Município. -----

Acho que já é tempo de sermos transparentes; de trazermos as coisas como elas são; de não andarmos aqui constantemente a tentar *vender a banha da cobra* como se fosse a melhor coisa porque podem mandar mil páginas que sejam porque nós lemos as mil páginas e o que está lá, efetivamente, é isto.” -----

- **Senhor Presidente da Câmara Municipal** referiu que as intervenções feitas pela oposição não traziam nada de novo que se “baralham contas de gerência com contas consolidadas.” -----

Relembrou ao Membro Municipal Doutor Hugo Ferrinho Lopes que “ainda não chegámos a essas contas.” -----

Continuou dizendo que, “se não fosse a trajetória de recuperação financeira que fizemos ao longo dos anos, queria ver qual era o tom da conversa hoje face a esta pandemia; onde íamos ver de dinheiro para nós e até para emprestar aos vizinhos; para distribuímos máscaras à população; para distribuímos equipamentos às IPSS’s para evitarmos males maiores na nossa sociedade; para ajudarmos o nosso Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira; para

ajudarmos a Universidade; para ajudarmos o ACES Cova da Beira; para ajudarmos as famílias necessitadas e, infelizmente, não só às habituais; ... -----

Se não tivéssemos capacidade financeira, não estaríamos à altura de dar essa resposta que é a de colmatar essa lacuna grave que é a de vir ao encontro das necessidades prementes e gravosas dos nossos concidadãos. Isso só é possível porque recuperámos dignidade e confiança junto dos nossos credores. -----

O PCP veio elencar aquilo que já se sabe que é para fazer, começa e não se conseguiu fazer tudo naquele ano, mas no ano seguinte. São as chamadas obras plurianuais. Se estivesse aqui a enumerar o que fizemos, garanto-vos que estava aqui até à noite a dizer o que tínhamos feito, quanto tínhamos feito e quantificar, mas obviamente que escolhe aquilo que ainda vamos fazer, mas que não tivemos a oportunidade de fazer até agora, por uma questão de oportunidade e também por causa do momento que vivemos. Claro que quando as fizermos lá volta a conversa da campanha eleitoral! Cá estarei para lembrar esta conversa. -----

Não é correto dizer que temos dívidas a fornecedores. Não temos dívidas a fornecedores. Pagamos a 9 dias. Confunde *leasings*, ou *factorings*, ou dívidas bancárias. -----

Depois há também aquelas situações em que não há documentos habilitantes que é aquela empresa que teve dificuldades, infelizmente, e, entre o momento em que tinha que receber, fez o fornecimento e o momento em que tem que receber o dinheiro tem que demonstrar que não tem dívidas ao Fisco e à Segurança Social, aí não se lhe paga. Enquanto não tiver os documentos habilitantes não lhes podemos pagar. -----

A DGAL, e sabem que não brinca em serviço, certifica isto. O Tribunal de Contas vem cá. E veem bem que estas contas são assim mesmo. -----

Há outra coisa que já reparei: pensava que a oposição estava, efetivamente, mais atenta. Não se aperceberam que o sistema de contabilidade mudou de 2019 para 2020. Agora é obrigatório o sistema nacional de contabilidade das administrações públicas. Obriga a fazer desdobramentos e a transformar dívida que era de médio e longo prazo em curto prazo. Dantes havia uma certa arbitrariedade em pagar a dívida de médio e longo prazo. Agora é obrigatório programar e os nossos serviços fazem opções em termos de sugestão técnica dos desdobramentos, nos termos da Lei, que foram acolhidas. Este ano temos aqui uma antecipação porque se transformou dívida de médio e longo prazo em dívida de curto prazo e isto faz toda a diferença no que diz respeito a um dos referenciais, mas isso é apenas um referencial contabilístico porque, na realidade, a trajetória de recuperação persiste, mantém-se, continua, continuará e é imperioso que continue porque, se queremos continuar a ser pessoa de bem, termos credibilidade junto da banca e dos nossos fornecedores, temos que ser cumpridores e, para ser cumpridor, temos que ter as contas em dia. E as contas estão em dia. -----

Obviamente que ainda temos dívidas. Gostava de a ter pago toda, como gostava de ter gerido, ao longo destes anos, uma Câmara com dinheiro a juros no banco, como acontece nalgumas câmaras aqui bem próximas, mas as facilidades são para outros e estamos cá para enfrentar as

dificuldades e as agruras da governação autárquica, não nos queixando dessa adversidade, mas, no entanto, dando nota dela. -----

Lembro-me quando esta Câmara, em tempos, tinha execuções orçamentais de 23% e 25%. Temos hoje uma execução orçamental de 80,5%. Isto é uma coisa tão grave quando estamos num patamar tão elevado de execução?! O que é que os Senhores diriam ... lembro-me o que é que diziam quando tinha execuções de 20 e poucos por cento, às vezes próximos dos 30. Agora estamos a falar de 80%. -----

Estamos a cumprir as regras. Estamos a devolver credibilidade à Câmara. Foi assim que comprámos viaturas e equipamentos. Temos um parque automóvel que dá dignidade aos nossos funcionários, carrinhas para eles poderem trabalhar, camionetas para se poderem deslocar, camiões, retroescavadoras, tratores, ..., estamos a devolver capacidade operacional à Câmara. Isso custou dinheiro e esse dinheiro não caiu do céu, nem nos foi oferecido e, por acaso, também não veio de fundos comunitários. -----

Temos obras, de perto de 15 milhões, em andamento. Nunca esta Câmara, nos últimos anos, teve tantas obras em andamento (Teatro Municipal, Centro de Inclusão Social, Centro de Inovação Empresarial, Escola Frei Heitor Pinto, Museus, ...). -----

Estamos a apoiar as freguesias. É verdade que aquilo que as juntas pretendem e aquilo que queríamos, na prática, que elas tivessem ainda está muito aquém. As juntas que digam se os atrasos do passado se verificam. É-lhes devido o dinheiro. Que precisam de mais obras e precisam de resolver mais problemas ... precisam e nós também reconhecemos que precisam e lá iremos ao encontro, dentro de poucos dias, para consolidarmos aquilo que tem ainda que ser feito. -----

A realidade é bem diferente daquela que foi aqui pintada pela oposição. -----

Não houve aumento de taxas, nem de impostos. Houve foi um aumento da atividade económica. Para além das obras municipais, há um incremento da atividade económica, apesar da pandemia e o concelho tem progredido. -----

As coisas estão num bom caminho, na boa trajetória, com uma boa execução. -----

Resultado negativo do exercício – Temos resultados negativos do exercício por uma razão muito simples: pelo valor que temos do imobilizado. Este valor do resultado negativo do exercício é fictício porque só existe nesta medida por razões que têm a ver com a amortização de um imobilizado muito valioso. As estradas estão aí. Os edifícios estão aí. O valor é o que têm lá atribuído. -----

Estamos na boa trajetória e essa trajetória de recuperação continuará para podermos continuar a responder na frente económica, social, na saúde e em todas as frentes em que temos e vamos atuar.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - **Prestação de Contas do Exercício do ano 2019** foi a mesma **aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS e os Presidentes de Junta / União de Freguesias de Dominguiso, Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio, Vale Formoso e Aldeia do Souto) e 11 votos contra (DNCCP, CDS-PP, PSD e PCP)**. -----

Não votaram o presente assunto 6 Membros Municipais por não se encontrarem no Auditório, tendo-se conseguido somente identificar os Senhores: Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP), Presidente de Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis e o Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro (PS), este último por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- Senhor **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**: “A Bancada do PSD vota contra pelas razões, antes postas, quanto à dívida, que não ficaram aqui esclarecidas se é redução de 7 ou de 5 milhões, como foi dito a um Jornal e posteriormente a uma Rádio. A nossa interpretação dos números já foi aqui dada. E também, mas sobretudo pela baixa execução de investimento. Um Concelho sem investimento, sem aposta nas pessoas, é um Concelho sem futuro.” -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Tendo-se registado três inscrições para intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Rui José Baltazar Lopes que falou sobre a necessidade do arranjo das casas na Rua Viriato (Bairro da Biquinha) pelo facto de existir humidade. -----

--- O Senhor **Rui José Baltazar Lopes**, após cumprimentar todos os presentes, informou que já andava há quatro anos a enviar cartas à Câmara Municipal relatando os problemas de humidade e que o Serviço de Habitação Social lhe tinha dito que teria de aguardar. -----

Referiu que, quando chovia, tinha que colocar vasilhas para apanhar a água das chuvas. Disse que o problema vinha das rachadelas exteriores das casas fazendo com que entrasse humidade e que por mais que pintasse o interior da sua habitação o problema não desaparecia. -----

Apelou para que, até ao final do ano, fossem realizadas obras no exterior das habitações. -----

--- A Senhora **Ermelinda de Ascensão Sousa**, além das infiltrações de água, queixou-se também dos ruídos provenientes da habitação vizinha (situação conhecida da PSP) e ainda de ofensas feitas pelo Senhor Manuel Lopes Amaral. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que o caso relatado pela Senhora Ermelinda de Ascensão Sousa não era da competência da Assembleia Municipal, mas sim das autoridades policiais. -----

--- Não estando presente o terceiro interveniente inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara** agradeceu a presença e as questões colocadas pelos Municípios e perguntou às duas municipais presentes se tinham dado entrada de algum requerimento ou se já tinham apresentado a situação ao Serviço de Habitação Social. -----

Relativamente à situação relatada pelo Senhor **Rui José Baltazar Lopes**, concordou em fazer uma visita ao local. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezassete horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,